

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO

DEDC - CAMPUS I
Departamento
de Educação



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



GESTEC

“Sozinhos, os municípios não vão dar conta dos seus problemas de políticas públicas”.
Prof. Dr. ABRUCIO,
2017.

RESULTADOS, POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO, PRODUTOS E APLICABILIDADE

EDUCAÇÃO E CONSÓRCIOS PÚBLICOS: Condicionantes e Potencialidades da Gestão Associada na Bahia

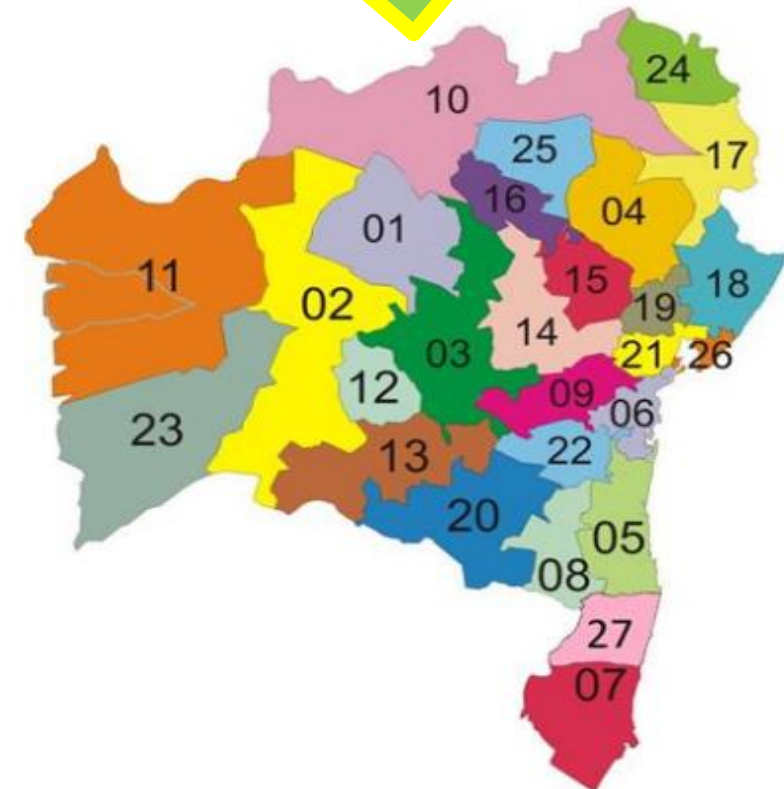
GESTEC ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Gestão da Educação

LINHA DE PESQUISA: Gestão da Educação

Orientador: Profº. Drº. José Claudio Rocha

Mestra: Liliane da Silva Góes

Bela. Em Administração Pública; Esp. Em Gestão Pública: (UNEB)



**EDUCAÇÃO E
CONSÓRCIOS
PÚBLICOS:**
Condicionantes e
Potencialidades
da Gestão
Associada na
Bahia

OBJETIVOS

GERAL: Investigar e compreender as possibilidades de contribuição dos consórcios públicos para as políticas educacionais, observando os condicionantes institucionais que podem incidir sob a sua utilização e as respectivas potencialidades, tendo como “lócus” o estado da Bahia a partir do conceito de divisão administrativa relacionada à Política de Desenvolvimento Territorial.

ESPECÍFICOS: **Caracterizar** os consórcios públicos como um instrumento viável para a prática do regime de colaboração intermunicipal nas políticas de educação básica na Bahia; **Sistematizar** a literatura sobre possíveis formas de cooperação federativa na educação por meio dos Consórcios Públicos na Bahia; **Evidenciar** os Consórcios Públicos como um possível mecanismo de governança educacional para atuar junto aos territórios de identidade da Bahia.

ORIENTAÇÃO:

Prof^o. Dr. José
Claudio Rocha

CO-ORIENTAÇÃO: Prof.^o Dr. Paulo Gabriel Nacif (Presidente CEE) ; Prof.. Ms. Thiago Xavier
(Coord. Exec. SEPLAN/CEPT)

BANCA EXAMINADORA: Prof^o. Dr. José Claudio Rocha; Prof.^o Dr. Paulo Gabriel Nacif (Avaliador
Externo); Prof^o Dr. Marcus Túlio (Coord. GESTEC- Avaliador interno)

COPARTICIPANTES

SEPLAN/CEPT: Coord. Executivo Ms. Thiago Xavier

GABGOV/CODES: Coord. Executivo Jonas Paulo

**INTERESSE
INSTITUCIONAL**

FEC; CEE/BA

RESULTADOS

Diagnóstico Situacional: Resultados teóricos científicos (teses e dissertações); Evidências Internacionais (Barcelona); Nacional (Brasil); Regional (Nordeste); Local (Bahia)

**PRODUTOS DA
PESQUISA**

Dissertação; Curso de Capacitação 30h; Guia p/ atuação consorciada em educação na Bahia.

ÁREAS DE CONHECIMENTO DA PESQUISA

EDUCAÇÃO PÚBLICA

Gestão da Educação Básica; Regime de Colaboração; Colaboração Intermunicipal na Educação; Cooperação Intergovernamental na Educação; Financiamento das Políticas Educacionais

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gestão Pública; Municipalidades no Federalismo Brasileiro; Relações Intergovernamentais e Intermunicipais; Cooperação Federativa; Políticas Públicas - Formulação, Implementação e Resultados; Governança e controles na Administração Pública; Gestão e Planejamento Governamental; Capacidades Estatais e Poder Local;

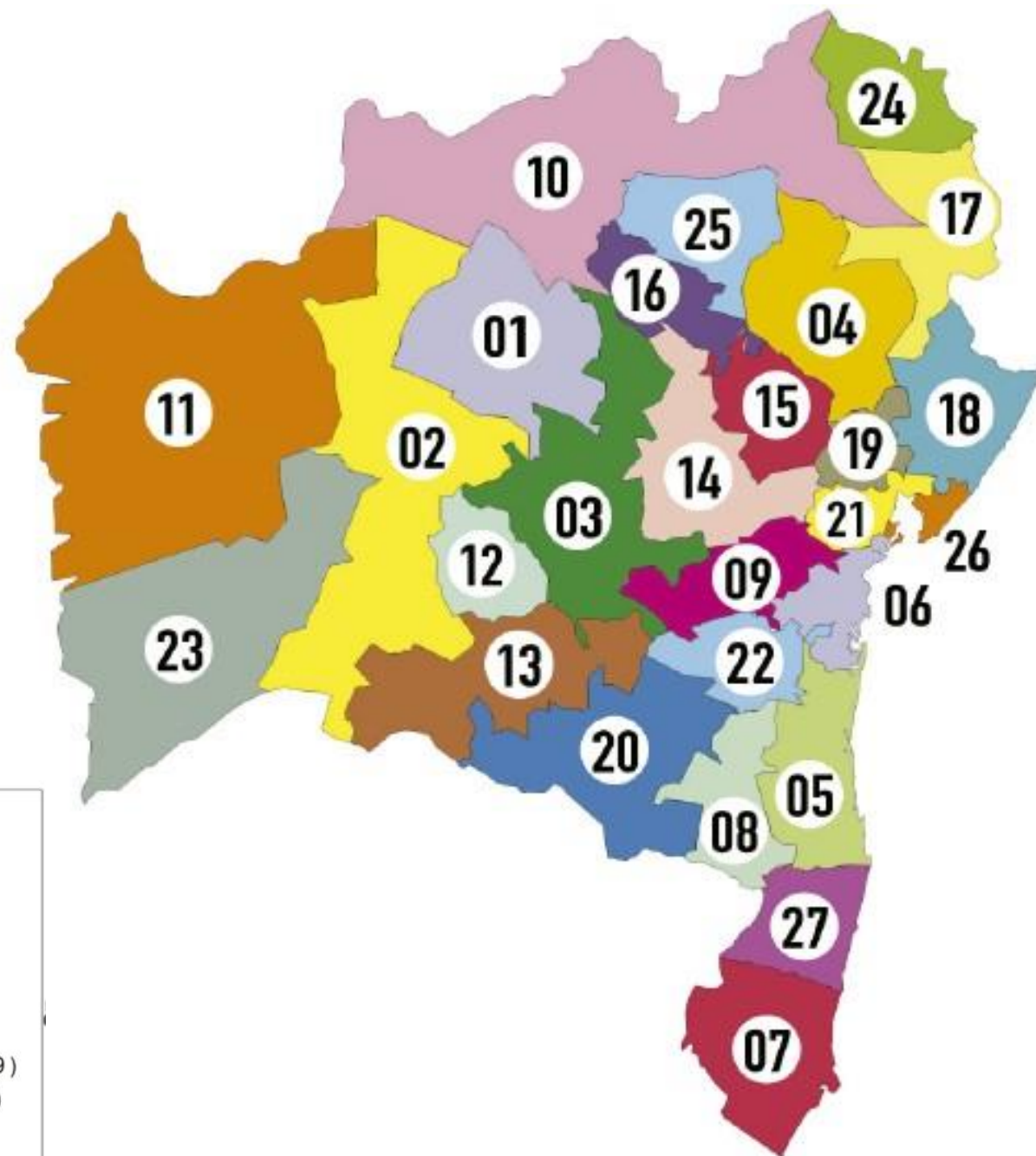


MESTRADO PROFISSIONAL
GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS
À EDUCAÇÃO

GRANDE EIXO: EDUCAÇÃO E CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Condicionantes e Potencialidades da Gestão Associada na Bahia

**LÓCUS DA PESQUISA: Territórios de
Identidade da Bahia: 417
Municípios alocados em 27
territórios de identidade**



TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE (Nº de Municípios)

01 - Irecê (20)	10 - Sertão do São Francisco (10)	19 - Portal do Sertão (17)
02 - Velho Chico (16)	11 - Bacia do Rio Grande (14)	20 - Sudoeste Baiano (24)
03 - Chapada Diamantina (24)	12 - Bacia do Paramirim (08)	21 - Recôncavo (19)
04 - Sisal (20)	13 - Sertão Produtivo (20)	22 - Médio Rio de Contas (16)
05 - Litoral Sul (26)	14 - Piemonte do Paraguaçu (13)	23 - Bacia do Rio Corrente (11)
06 - Baixo Sul (15)	15 - Bacia do Jacuípe (15)	24 - Itaparica (06)
07 - Extremo Sul (13)	16 - Piemonte da Diamantina (09)	25 - Piemonte Norte do Itapicuru (09)
08 - Médio Sudoeste da Bahia (13)	17 - Semiárido Nordeste II (18)	26 - Metropolitano de Salvador (13)
09 - Vale do Jiquiriçá (20)	18 - Litoral Norte e Agreste Baiano (20)	27 - Costa do Descobrimento (08)

NÚCLEOS TERRITORIAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

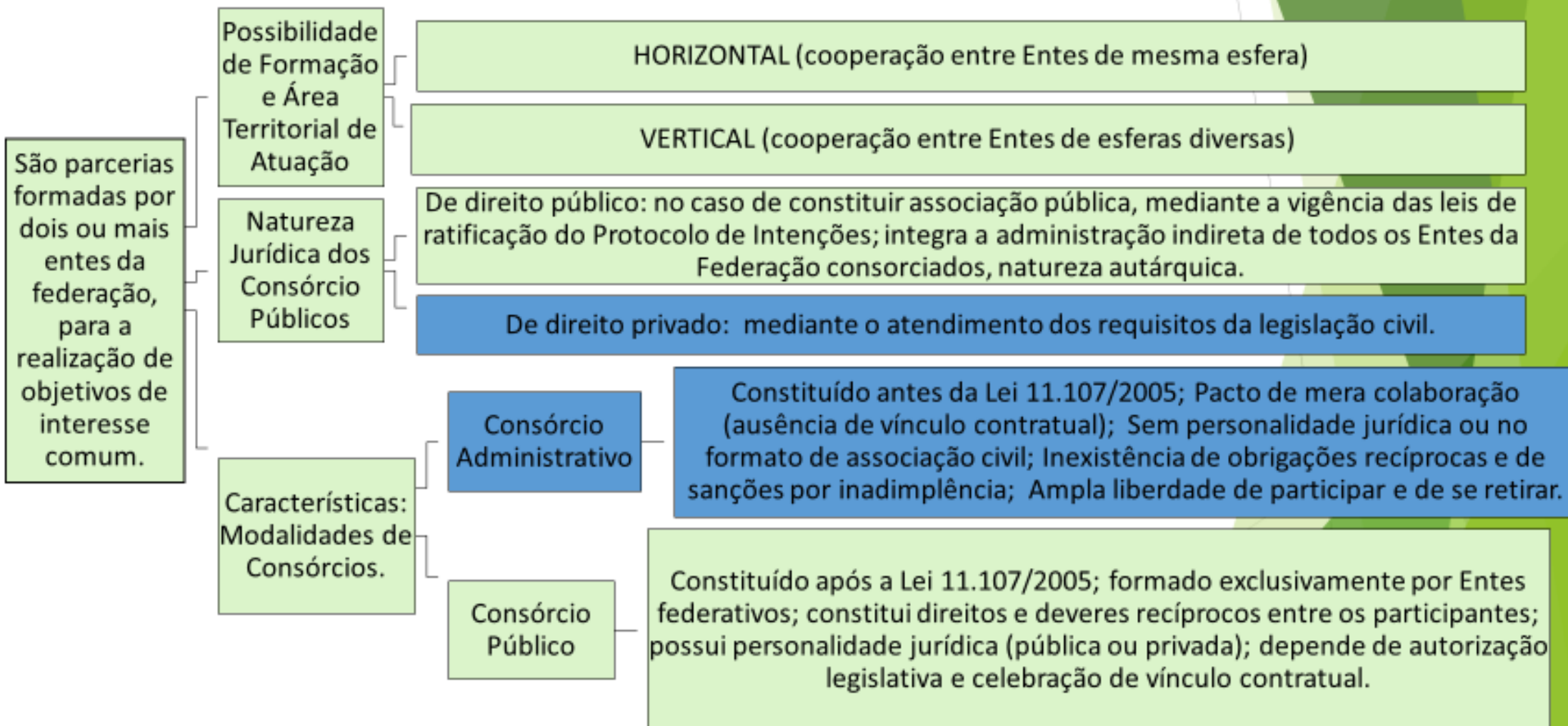


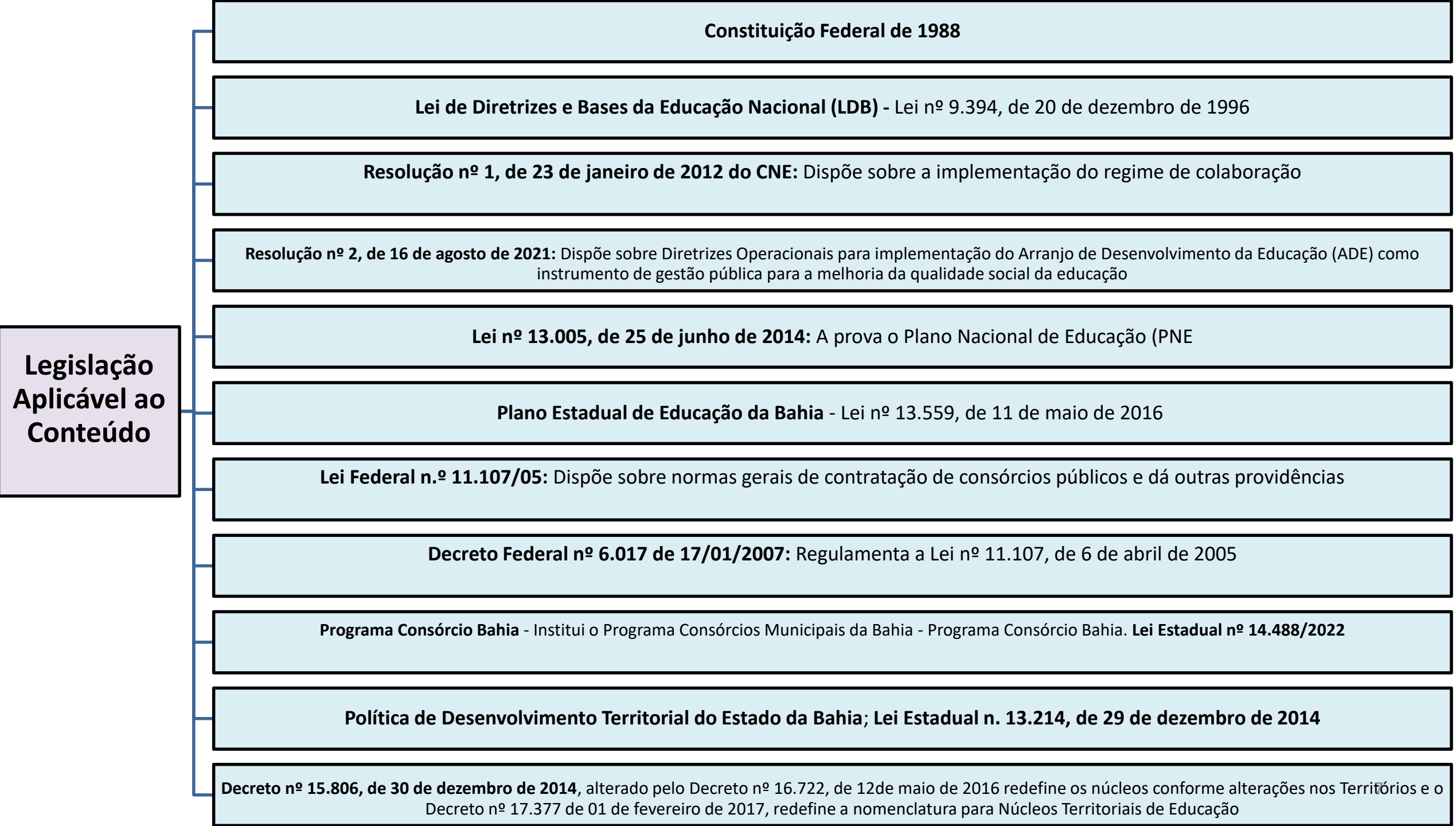
LEGENDA

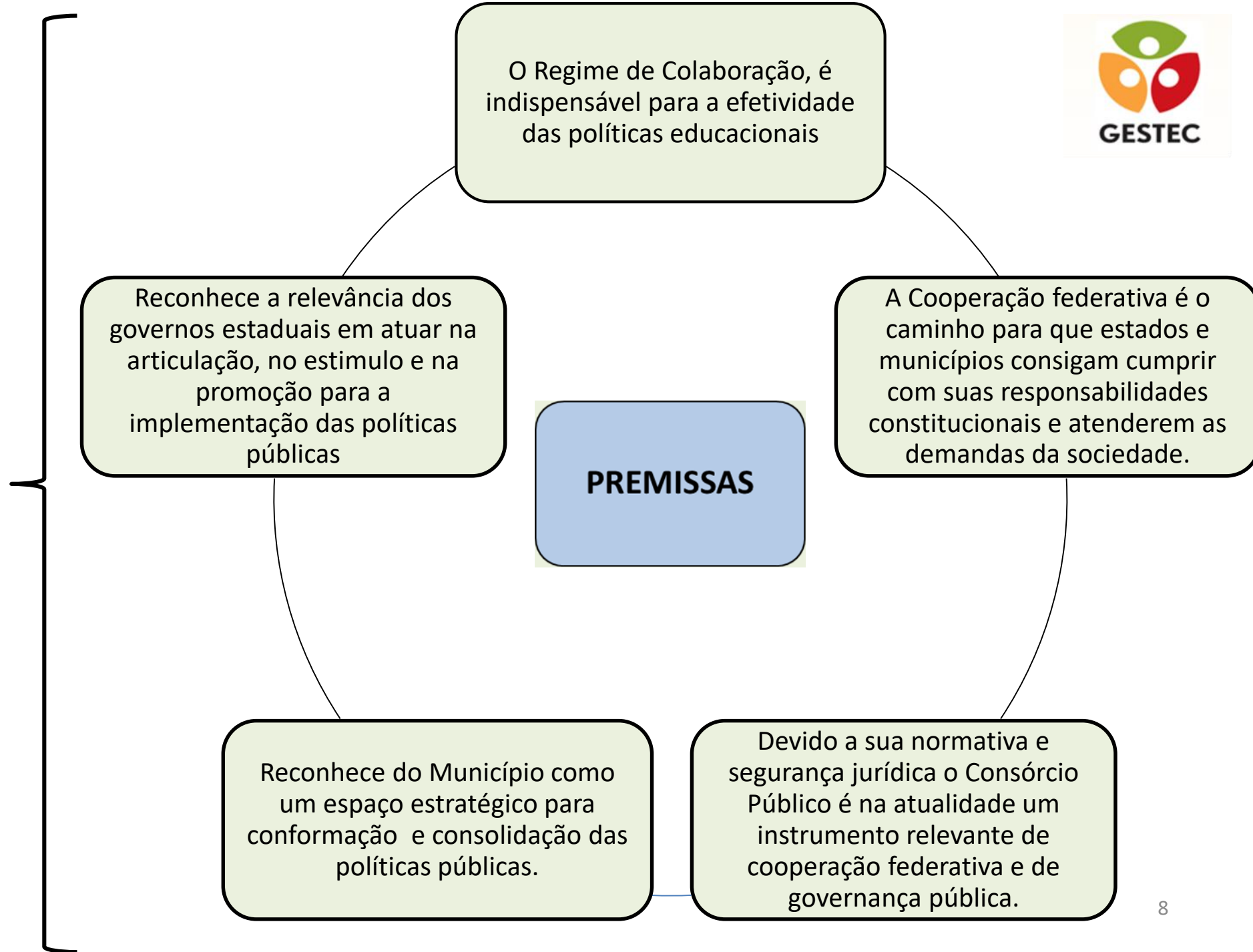
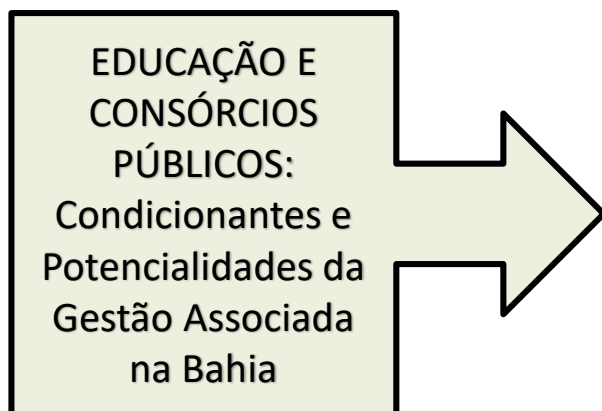
- NTE 01 – IRECÊ – TERRITÓRIO DE IDENTIDADE: IRECÊ
- NTE 02 – BOM JESUS DA LAPA – TERRIT. IDENTIDADE: B. J. DA LAPA
- NTE 03 – SEBRA – TERRIT. IDENTIDADE: CHAPADA DIAMANTINA
- NTE 04 – SERRINHA – TERRIT. IDENTIDADE: SISAL
- NTE 05 – ITABUNA – TERRIT. IDENTIDADE: LITORAL SUL
- NTE 06 – VALENÇA – TERRIT. IDENTIDADE: BAIXO SUL
- NTE 07 – TEIXEIRA DE FREITAS – TERRIT. IDENTIDADE: EXTREMO SUL
- NTE 08 – ITAPETINGA – TERRIT. IDENTIDADE: MEDIO SUDOESTE DA BAHIA
- NTE 09 – AMARGOSA – TERRIT. IDENTIDADE: VALE DO JIQUEIRIÇÁ
- NTE 10 – JUAZEIRO – TERRIT. IDENTIDADE: SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
- NTE 11 – BARREIRAS – TERRIT. IDENTIDADE: BACIA DO RIO GRANDE
- NTE 12 – MACAUBAS – TERRIT. IDENTIDADE: BACIA DO PARAMIRIM
- NTE 13 – CAETITÉ – TERRIT. IDENTIDADE: SERTÃO PRODUTIVO
- NTE 14 – ITABERABA – TERRIT. IDENTIDADE: PIEMONTE DO PARAGUAÇU
- NTE 15 – IPIRÁ – TERRIT. IDENTIDADE: BACIA DO JACUIPE
- NTE 16 – JACOBINA – TERRIT. IDENTIDADE: PIEMONTE DE DIAMANTINA
- NTE 17 – RIBEIRA DO POMBAL – TERRIT. IDENTIDADE: SEMIÁRIDO NORDESTE II
- NTE 18 – ALAGOINHAS – TERRIT. IDENTIDADE: LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
- NTE 19 – FEIRA DE SANTANA – TERRIT. IDENTIDADE: PORTAL DO SERTÃO
- NTE 20 – VITORIA DA CONQUISTA – TERRIT. IDENTIDADE: SUDOESTE BAIANO
- NTE 21 – STO. ANT. JESUS – TERRIT. IDENTIDADE: RECÔNCAVO
- NTE 22 – JEQUIÉ – TERRIT. IDENTIDADE: MÉDIO RIO DE CONTAS
- NTE 23 – STA. MARIA DA VITÓRIA – TERRIT. IDENTIDADE: BACIA DO RIO CORRENTE
- NTE 24 – PAULO AFONSO – TERRIT. IDENTIDADE: ITAPARICA
- NTE 25 – SR. DO BONFIM – TERRIT. IDENTIDADE: PIEMONTE NORTE ITAPICURU
- NTE 26 – SALVADOR – TERRIT. IDENTIDADE: REG. METROPOLITANA SALVADOR
- NTE 27 – EUNÁPOLIS – TERRIT. IDENTIDADE: COSTA DO DESCOBRIMENTO
- ★ SEDE NTE

CARACTERIZAÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Caracterização dos Consórcios Públicos









PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS BRASILEIROS

LEGALIDADE	IMPESSOALIDADE	MORALIDADE	PUBLICIDADE	EFICIÊNCIA
Atenção e submissão às leis, respeitando os interesses coletivos acima dos interesses privados.	Tratamento igual à todos os cidadãos e cidadãs. Atuação sem favoritismos e sem autopropaganda por parte dos servidores.	Preservação da ética e da moral (nos termos da lei) em todas as ações por parte dos agentes públicos.	Priorização da transparência e da prestação de contas em todas as ações que envolvem os recursos públicos.	Execução dos serviços públicos com qualidade , respeitando o bom uso do orçamento público (sem desperdícios)

LIMPE

Campo teórico científico

Três teses de Doutorado; NICOLETI (2014); STRELEC (2017); MIRANDA (2021) e duas dissertações ROSSI (2022) e CARDOSO (2022)

Cenário Internacional

Consórcio Educacional de Barcelona - CEB

Cenário Nacional

Panorama Nacional dos CP's; Casos evidentes de atuação em educação

Cenário Regional

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Câmara Temática de Educação

Cenário Local/ Bahia

Do total de 29 CPIM's - 06 CPIM's com CTEs instituídas - 01 Colegiado CONSID; 01 Fórum EDUCAVALE - Colaboração Consorciada Intermunicipal em Educação na Bahia

Análises e discussões dos resultados

Resultados: Campo teórico científico

Três teses de Doutorado



Duas Dissertações

Título: Arranjos de Desenvolvimento da Educação: Uma Alternativa Partilhada de Gestão da Educação - Unesp (Nicoleti, 2014)

Título: Relações intergovernamentais no contexto educacional brasileiro: um estudo a partir dos acordos de cooperação nas políticas públicas em educação – Unicamp (Strelec, 2017)

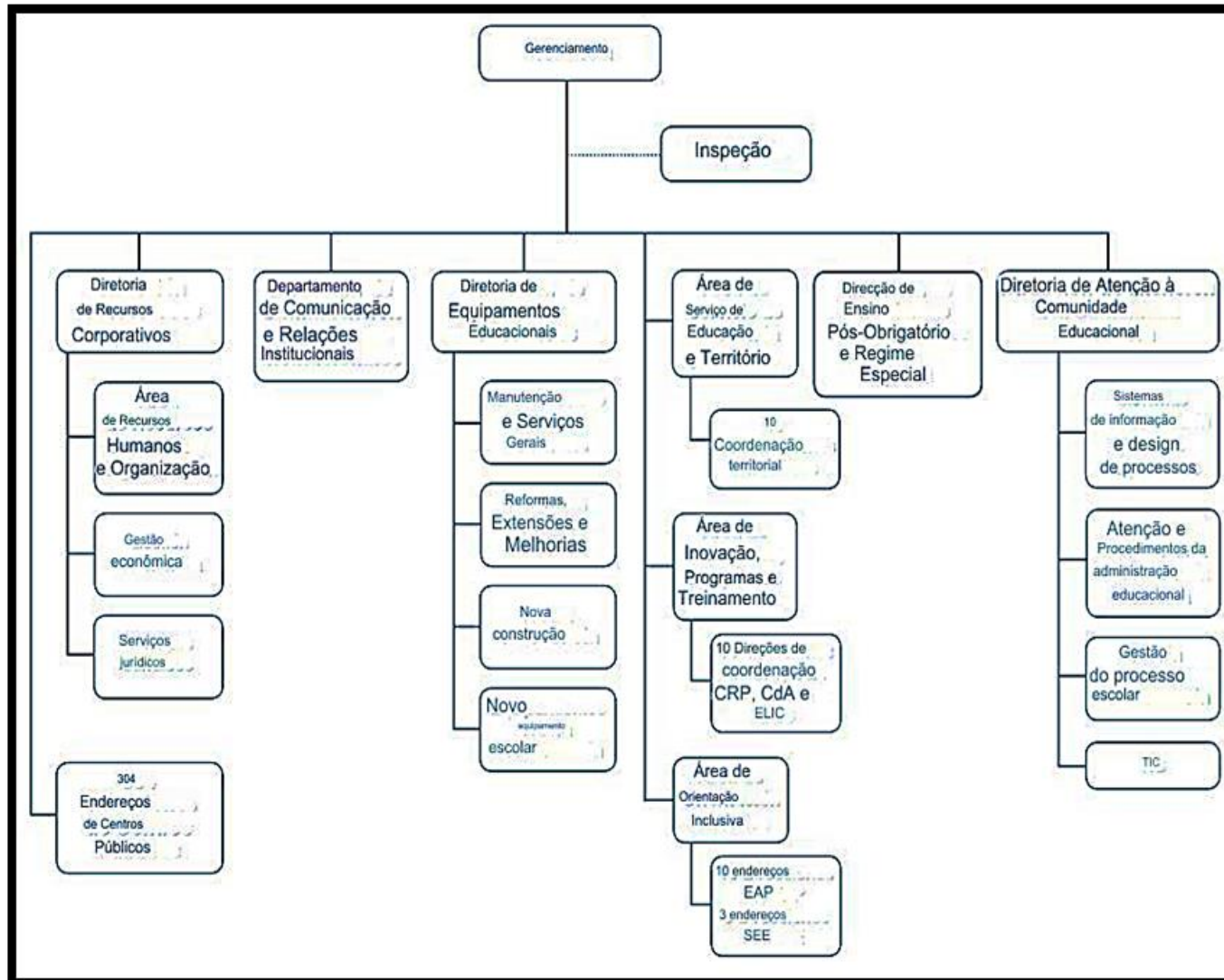
Título: Consórcios Públicos em Territórios de Identidade da Bahia: Incidências de Atores Privados na gestão da educação local - UFBA (Miranda, 2021)

Título: Consórcios Públicos Educacionais: O cooperativismo intermunicipal e a sua relevância para implementação das políticas públicas educacionais – UNB (Rossi, 2021).

Título: Gestão Compartilhada da oferta pública de educação baseada na Lei dos Consórcios Públicos – O caso do Ciedepar – UNB (Cardoso, 2022)

RESULTADOS – CENÁRIO INTERNACIONAL

Estrutura executiva do Consórcio Educacional de Barcelona (2021)



O Consórcio Educacional de Barcelona, instituído em 2002, representa a soma dos esforços da Generalitat da Catalunha e da Câmara Municipal de Barcelona para avançar para uma **gestão integrada de todo o sistema educativo da cidade** que permita melhorar os níveis de excelência e equidade. (Sítio oficial CEB, acesso dez. 2023)

A criação do Consórcio se conecta à tradição inovadora da cidade no campo da educação e, ao mesmo tempo, é coerente com as novas formas de cooperação e gestão pública que apostam na soma de esforços, **na gestão compartilhada e na coordenação eficaz. e não duplicação de serviços.** (Sítio oficial CEB, acesso dez. 2023)

O seu principal objetivo é dotar a cidade de Barcelona de um órgão de gestão ágil e moderno que, **agindo sob os princípios da proximidade e da eficácia, seja o único interlocutor para responder às necessidades dos centros educativos e das famílias da cidade.** (Sítio oficial CEB, acesso dez. 2023)

Serviços
educacionais que
são gestados
pelo CEB, exceto
aqueles voltados
ao ensino
superior e a
currículo

Planejamento e distribuição territorial dos centros docentes; Planejamento do Mapa Escolar

Criação, construção e obras de reforma, ampliação e melhoria dos centros

gestão dos programas de proteção social, formação profissional, centros de regime especial e educação de adultos, educação complementar e extraescolar;

criação e gestão de centros pedagógicos e recursos, serviços de apoio, assessoramento, avaliação psicopedagógica e formação docente

programas de educação compensatória a alunos em situação de desvantagem social, minorias étnicas, imigrantes e famílias com graves dificuldades socioeconômicas;

vigilância do cumprimento da escolaridade obrigatória;

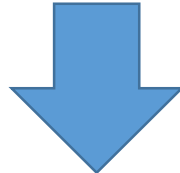
regulamentação e gestão do transporte, merenda; garantia de atuação de um órgão de inspeção e prestação de contas.

distribuição da oferta escolar, o equilíbrio entre escolas públicas e subsidiadas, a composição social dos centros ou os seus diversos projetos pedagógicos

Resultado: Panorama Nacional dos Consórcios Públicos que atuam no setor de educação



Até 2023, a CNM apontou 723 consórcios públicos ativos no Brasil, sendo que, do total dos 5.570 Municípios brasileiros, 4.783 (85,9%) participam de pelo menos um consórcio

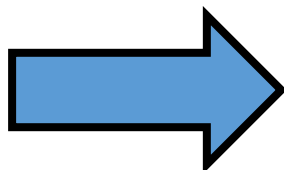


Dos 723 CPI ativos no Brasil, 136 (19%) atuam no setor de educação

Áreas Previstas	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Agricultura	-	3	-	-	23	1	-	6	4	5	38	3	10	1	1	6	1	20	2	3	2	-	15	17	1	18	1
Assistência Social	1	1	-	-	7	1	-	3	1	3	23	1	3	1	-	2	1	11	1	-	-	-	6	15	-	11	1
Cultura	-	3	-	-	23	1	-	7	5	5	40	3	10	2	1	6	1	20	3	4	2	-	20	18	1	24	1
Defesa Civil	-	1	-	-	6	1	-	1	1	3	17	2	4	-	-	2	1	3	-	-	-	-	7	8	-	10	2
Desenvolvimento Econômico	-	1	-	-	10	2	-	2	1	3	27	2	7	-	2	3	1	8	1	2	-	-	8	8	-	13	1
Desenvolvimento Regional	-	2	-	-	19	4	-	4	3	3	31	2	6	1	2	4	2	16	1	3	1	-	13	14	1	17	2
Educação	2	2	-	-	13	1	-	3	1	5	27	3	5	1	-	8	2	7	2	3	1	-	15	13	1	21	1
Elaboração De Projetos E Captação De Recursos	-	3	-	-	12	1	-	5	1	4	24	3	9	-	1	4	1	12	3	3	-	-	16	13	1	16	1
Escola De Governo	-	1	-	-	3	-	-	2	-	2	8	-	2	-	-	2	1	1	-	1	-	-	5	4	-	6	-
Esportes	-	1	-	-	8	-	-	1	1	2	16	1	3	-	1	2	1	3	1	-	-	-	7	8	-	12	1
Habitação	1	1	-	-	9	1	-	1	1	5	15	2	4	-	1	3	1	2	-	2	-	-	9	7	-	11	1
Iluminação Pública	-	3	-	-	9	1	-	2	2	4	41	2	4	-	-	6	1	6	1	3	-	-	12	8	2	12	1
Infraestrutura	-	1	-	-	24	3	-	3	5	4	36	4	10	1	2	8	2	13	2	1	2	-	16	20	1	22	3
Áreas Previstas	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Infraestrutura Asfáltica	-	1	-	-	8	1	-	-	3	-	21	3	4	-	1	1	-	4	-	-	-	-	6	16	1	2	-
Licitação Compartilhada	-	4	-	-	5	2	-	4	2	-	26	1	5	-	-	1	-	3	1	-	1	-	15	15	1	12	-
Meio Ambiente	-	3	-	-	21	6	1	7	8	6	41	4	10	2	2	5	2	19	3	4	1	-	20	23	3	31	3
Municípios Inteligentes	-	2	-	-	1	1	-	1	1	-	8	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	1	2	-
Planejamento Urbano	-	-	-	-	15	-	-	4	2	4	23	3	8	1	2	5	2	7	3	2	-	-	6	10	-	14	1
Saneamento	-	6	-	-	22	19	1	7	9	6	56	5	13	2	1	8	2	19	3	5	2	-	21	24	4	31	5
Mobilidade	-	1	-	-	10	1	-	2	2	5	20	2	4	-	1	4	2	4	2	1	-	-	7	9	1	13	-
Trânsito	-	-	-	-	10	-	-	2	-	5	16	2	5	-	1	2	2	4	2	-	-	-	4	4	-	12	-
Previdência	-	-	-	-	3	-	-	2	-	3	6	1	2	-	-	2	1	1	-	-	-	-	4	4	-	3	-
Saúde	1	3	-	-	29	22	1	6	8	5	85	4	17	2	4	11	2	37	9	3	1	-	27	20	1	36	3
Segurança Pública	-	1	-	-	2	-	-	1	1	1	10	1	1	-	1	3	-	2	2	-	-	-	8	4	1	6	-
Tecnologia	-	1	-	-	5	-	-	3	1	2	12	2	2	-	-	2	2	1	1	-	1	-	7	7	1	9	-
Turismo	1	2	-	-	13	-	-	4	3	4	23	2	7	2	-	3	1	8	3	3	-	-	20	13	1	23	1

Evidências de Consorciamento em Educação no Brasil

PLANO REGIONAL DE EDUCAÇÃO



Eixo I - Financiamento e Monitoramento

Eixo II - Valorização dos Profissionais da Educação

Eixo III - Qualidade Social da Educação.

Eixo IV - Participação Popular e Gestão Democrática

Eixo V - Formação dos Profissionais da Educação

Ano	Ações e Conquistas na Educação - CONSÓRCIO DO ABC
1997 a 2003	Implantação do Programa MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos)
1999 a 2001	Realização do Projeto Alquimia (Programa de Qualificação e Requalificação Profissional para o Setor de Transformação de Materiais Plásticos)
2002 a 2006	Implantação do CEETEPS (Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza)
2002	Instalação da FATEC Mauá
2003	Aprovação do projeto de lei para a criação da Universidade Federal do ABC (UFABC)
2003 a 2004	Programa Territorial de Qualificação Profissional (Planteq ABC)
2005	Instalação da FATEC São Bernardo; Sanção do projeto de lei para a criação da Universidade Federal do ABC (UFABC) pelo Presidente da República; Realização do Projeto Brasil Alfabetizado, em parceria com o Ministério da Educação
2006	Criação e instalação da Universidade Federal do ABC; Realização do Fórum Regional de Inovação Tecnológica e Inclusão Social, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia
2007	Organização de debates sobre Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), valorização dos profissionais da educação, implantação do ensino de nove anos, o cotidiano dos profissionais da educação e a qualidade do ensino médio regular e técnico profissionalizante; Instalação da FATEC Santo André; Instalação do campus da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em Diadema
2008	Instalação da FATEC São Caetano do Sul
2010	Mapeamento das demandas apresentadas pela sociedade civil por ocasião do seminário do II Planejamento Regional Estratégico do Consórcio Intermunicipal Grande ABC 2011; Instalação da FATEC Diadema
2011	Realização do 2º Ciclo de Palestras – Educação no Auditório da Faculdade de Engenharia (Faeng) da Fundação Santo André – Tema: “Construção da Educação Regional com Olho no Futuro”
2011 (até 2020)	Mapeamento da oferta de elaboração do projeto do Censo Educacional do Grande ABC, para subsidiar as políticas públicas das secretarias municipais de educação
2012	I Seminário Regional de Monitoramento da Implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 no Grande ABC (sobre diversidade étnico-racial nas escolas)
2013	II Conferência Intermunicipal de Educação do Grande ABC
2014	Formatura regional dos alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Primeira Reunião do Grupo Temático EJA (Educação de Jovens e Adultos); Aprovação do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005, de 13/06/2014) – meta 1, 1.11; meta 4 – 4.1 4.19
2015	Contratação da Universidade de São Caetano do Sul (USCS), para subsidiar a elaboração dos Planos Municipais de Educação dos municípios consorciados; Criação do Grupo Temático de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional; Conferência Regional de Educação; Fórum Regional de Educação; Aprovação do Plano Regional de Educação dos sete municípios do ABC
2016	Apresentação do Plano Regional de Educação na Assembleia de Prefeitos; Realização do I Seminário de Educação Inclusiva da Região ABCDMRR: Articulações e Desafios; Criação do Grupo Temático de Educação Inclusiva; Aprovação dos Planos Municipais de Educação.



CIVAP – Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema fundado em 1985.



CÂMARA TÉCNICA DA EDUCAÇÃO

44 Municípios; 700 mil habitantes;
CPIM Público de Direito Público

OBJETIVO: Articular os municípios participantes do Consórcio CIVAP, promovendo ações que colaborem com o desenvolvimento da Educação na

FUNÇÕES: Promover reuniões periódicas para debater desafios comuns e compartilhar boas práticas; Elaborar projetos e captar recursos para atividades regionais na área da educação; Coordenar a comunicação do consórcio com o público envolvido na educação regional (SEE, Governo Federal e outros atores). Prestar assistência técnica aos municípios.

ATRIBUIÇÕES: Melhorar a educação dos municípios Tomar decisões em nível regional Propor adequação das políticas públicas regionais da educação Reduzir as desigualdades regionais Adotar instrumentos de participação e controle social

INSTITUIÇÃO: A Câmara Técnica de Educação denominada CIVAP Educação foi instituída através de uma Resolução conforme Estatuto do Consórcio e disciplinada através de um Regimento Interno elaborado de forma participativa pelo Colegiado, que formaliza as regras de seu funcionamento.

COMISSÃO EXECUTIVA: Formada por seis Dirigentes Municipais, sendo dois de cada Polo Regional: Assis: Assis, Cândido Mota, Echaporã, Lutécia, Maracaí, Oscar Bressane, Quatá, Rancharia Palmital: Campos Novos Paulista, Ibirarema, João Ramalho, Ocaçu, Palmital, Platina, Santa Cruz do Rio Pardo, Tarumã: Cruzália, Florínea, Iepê, Nantes, Pedrinhas Paulista, Tarumã

AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO: Compra coletiva de Materiais Escolares Padronização de documentos, nomenclaturas; Atendimento Educacional Especializado Regional; MERENDA ESCOLAR ESTADUAL - Apresentação do levantamento;



FLUXOGRAMA LICITAÇÕES CONSORCIADAS CIVAP

1 -Câmara Técnica de Educação apresenta a demanda

2- Comissão Técnica Elabora o Termo de Referência

3- O CIVAP aprimora o TR e encaminha aos municípios para formalizar a adesão

4- Consolidação das devolutivas dos municípios e elaboração dos orçamentos

5- Elaboração do Edital e Publicação

6- Realização do Pregão eletrônico

7 - Análise das amostras pelas comissões técnicas

8- Homologação do processo

9- Encaminhamento aos municípios de todo o processo capa a capa

10- A partir dessa fase todo o processo é de responsabilidade dos municípios



CIVAP – Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema fundado em 1985.

**MATERIAIS
LICITADOS**

**Material escolar;
Alimentação Escolar
Ovos de Páscoa
Mobiliário
Eletrônicos
EPIs**

**Licitações Consorciadas
GANHOS:**

- ✓ Economia entre 15% a 60%
- ✓ Equilíbrio na qualidade dos bens adquiridos
 - ✓ Padronização Regional
- ✓ Valorização das equipes técnicas locais

DESAFIOS

- ✓ Engajamento político dos Prefeitos (as)
 - ✓ Sensibilização dos Gestores
 - ✓ Transparência do Processo



31 municípios
participaram

4.445 alunos inscritos

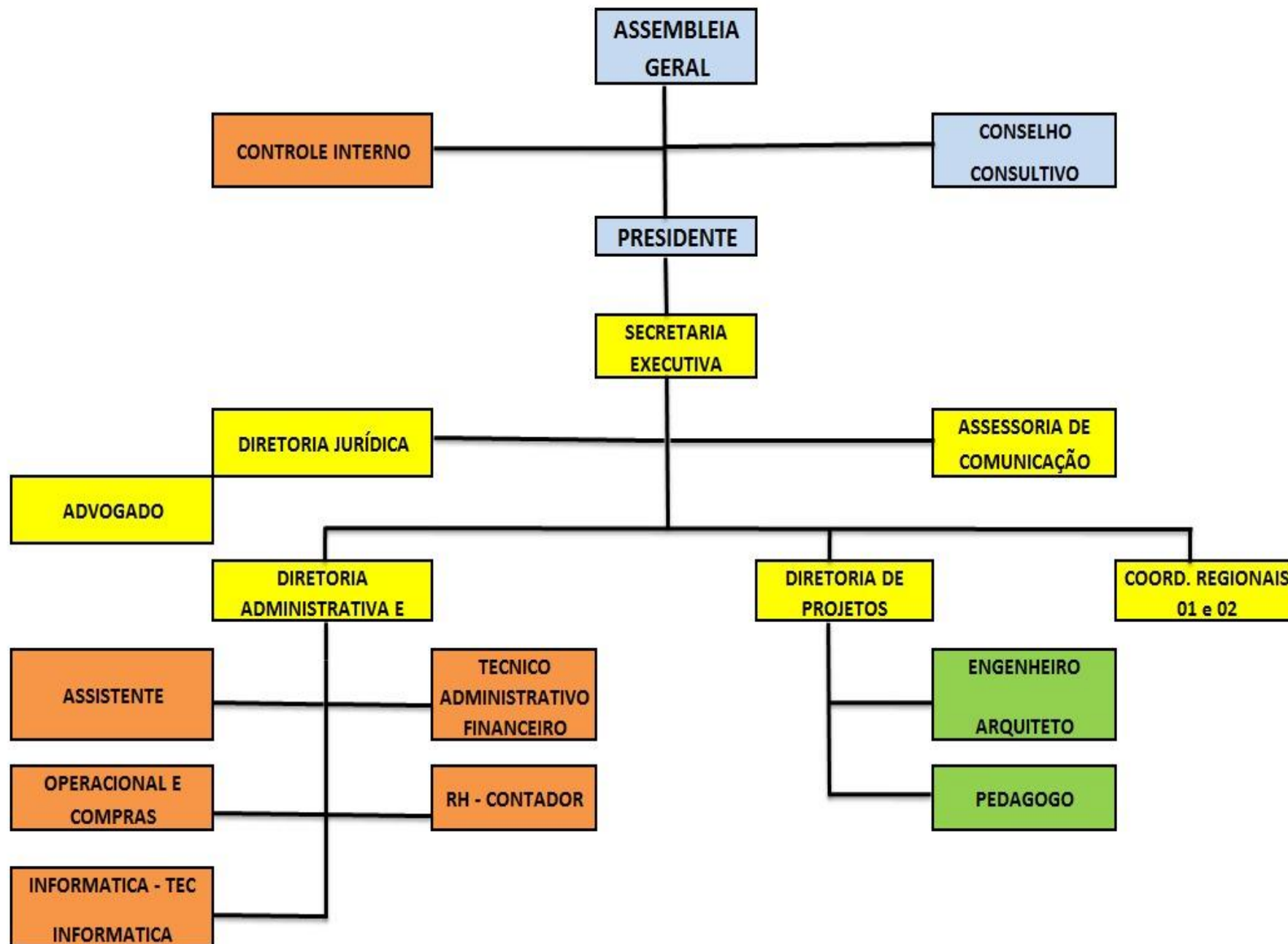
424 alunos finalistas

132 alunos
medalhistas.

Na primeira fase da
Olimpíada Civap
participaram todos os
alunos do 5º ano das
cidades envolvidas.



CIEDEPAR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ



ÚNICO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL UNIFINALITÁRIO COM ATUAÇÃO ESPECÍFICA NO SETOR DE EDUCAÇÃO

Criado em dezembro de 2019, tem CNM - Confederação Nacional de Municípios e da AMP- Associação dos Municípios do Paraná, atualmente 75 municípios são associados.

RESULTADOS: E NA PRÁTICA COMO OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS PODEM FORTALECER A EDUCAÇÃO?

A constituição do consórcio público iniciou com a perspectiva de oferecer Apoio técnico aos municípios consorciados do Estado do Paraná na perspectiva de viabilizar a gestão da educação: **PRINCIPAIS OBJETIVOS:**

Subsidiar os secretários e técnicos dos órgãos da educação dos municípios quanto às suas obrigações e responsabilidades legais;

Orientar os gestores municipais na captação de novos recursos públicos e sua correta utilização;

Treinar, capacitar e monitorar os servidores que atuam na infraestrutura educacional, sobretudo em relação à utilização de recursos federais;

Garantir suporte técnico permanente, nas áreas de engenharia e de arquitetura, no monitoramento das obras da educação do MEC/FNDE;

Fortalecer os municípios consorciados nas suas demandas junto aos órgãos federal e estadual de ensino.

Eixo 1: Planejamento e Monitoramento do Plano de Ações Articuladas — PAR

ÁREA: ETAPA DE PLANEJAMENTO e MONITORAMENTO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR

ÁREA: OBRAS DO NOVO PAC

ÁREA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PROGRAMAS DO FNDE

ÁREA: TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS AUTOMÁTICOS E VOLUNTÁRIOS

ÁREA: FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

ÁREA: Complementação com o novo FUNDE: três modalidades

ÁREA: Cota-Parte Educação do ICMS

ÁREA: Indicadores de desempenho da gestão Municipal.

ÁREA: OS CONSELHOS MUNICIPAIS DO FUNDEB

ÁREA: BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

ÁREA: O DIRETOR DA UNIDADE ESCOLAR

ÁREA: OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

ÁREA - PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVOS APLICÁVEIS AOS GESTORES PÚBLICOS

ÁREA - ORGANIZAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR DA EDUCAÇÃO

ÁREA - ORGANIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

ÁREA -Planejamento estratégico das ações vinculadas à proposta pedagógica das Redes Municipais Ensino

ÁREA - Fortalecer a gestão pedagógica nos municípios, consolidar a identidade profissional do pedagogo e para a promoção da aprendizagens necessárias a todos os estudantes, com vistas a garantir o direito à aprendizagem

ÁREA - Assessorar os municípios consorciados na elaboração e implementação de organização de procedimento e fluxos de atendimento educacional especializado nas redes municipais de educação

Eixo 2: Acompanhamento, Execução e Prestação de Contas de Programas Educacionais Federais

Eixo 3: Financiamento da Educação básica à luz do novo FUNDEB Organização e Funcionamento do Órgão Gestor da Educação Municipal.

Eixo 4: Organização e Funcionamento do órgão Gestor da Educação Municipal

Eixo 5: Gestão Educacional

ANO	MODALIDADE	OBJETO
2020	Tomada de Preços	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM REALIZAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA SOBRE FINANCIAMENTO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO GESTOR DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL
2020	Tomada de Preços	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA ESPECIALIZADAS EM REALIZAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA SOBRE EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS FEDERAIS.
2020	Tomada de Preços	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA ESPECIALIZADAS EM REALIZAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA SOBRE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)
2020	Convite	CONTRATAÇÃO LOCAÇÃO DE CESSÃO DE USO COM MANUTENÇÃO MENSAL DE SISTEMA INFORMATIZADO ESPECIFICO PARA GESTÃO PÚBLICA EM AMBIENTE WEB
2022	Pregão	Aquisição de Veículo Tipo Van, zero quilometro com primeiro e único emplacamento, para realizar o transporte escolar , para disponibilização aos municípios consorciados do CIEDEPAR (lista completa disponível no site do Consórcio, www.ciedepar.com.br), pelo período de 12 (doze) meses
2022	Pregão	Aquisição de Mobiliários Escolares constituídos de conjunto para alunos, para acessibilidade, professor e demais conjuntos em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO através do Sistema de Registro de Preços, COM ENTREGAS A VISTA E PARCELADAS, para disponibilização aos municípios consorciados do CIEDEPAR (lista completa disponível no site do Consórcio, www.ciedepar.com.br), pelo período de 12 (doze) meses.
2022	Pregão	Seleção de propostas para contratação de empresa especializada na comercialização de conjunto didático pedagógico e prático para aperfeiçoar a disciplina de educação física e atividades extracurriculares , COM ENTREGAS A VISTA E PARCELADAS, para disponibilização aos municípios consorciados ao CIEDEPAR (lista completa disponível no site do Consórcio, www.ciedepar.com.br), pelo período de 12 (doze) meses.

Consórcio Nordeste lança Câmara Temática de Educação

Publicado em ter, 25/05/2021 - 19:08 por ASCOM / SEC Palavras-chave: educação

O Consórcio dos Estados do Nordeste promoveu, nesta terça-feira (25), durante encontro virtual, o lançamento das Câmaras Temáticas de Educação, Turismo e Energias, que têm o objetivo de identificar e apresentar planos de ações que possam ser integradas aos nove estados. Na oportunidade, ainda foram apresentados aos participantes os planos de ação da Câmara Temática de Meio Ambiente.

O subsecretário da Educação do Estado da Bahia, Danilo Souza, que representou o secretário Jerônimo Rodrigues, falou que a execução das políticas públicas é fortalecida com o Consórcio Nordeste. "Podemos realizar a aquisição em conjunto de insumos, equipamentos e materiais para obtermos melhores preços e qualidade. Podemos construir uma agenda de educação à distância, articulando as diversas universidades estaduais para fomentar o acesso ao Ensino Superior, além da implantação da Universidade Aberta do Nordeste voltada à formação de professores para a região".

Ainda foram destacados, durante o lançamento, o fortalecimento do ensino remoto e a universalização do acesso à rede de internet de alta velocidade nas escolas.

O governador do Piauí, Wellington Dias, que atua como presidente do Consórcio dos Governadores do Nordeste, destacou como funcionam as câmaras temáticas. "A ideia é trabalhar na perspectiva da integração entre os nove estados. E este planejamento vai seguir o direcionamento que os governadores entenderem ser prioridade e que seja pactuado entre todos. Queremos ser a região que apresente o melhor crescimento nos índices de desenvolvimento. A proposta ainda é o retorno estratégico do Grupo das Universidades, para se agregar às demais câmaras temáticas".

O secretário executivo do Consórcio dos Estados do Nordeste, Carlos Eduardo Gabas, ressaltou que o objetivo é formar 18 câmaras temáticas com a participação direta dos governadores. "A lógica do Consórcio é respeitar a autonomia dos estados, disseminar as boas práticas e aprender com os planejamentos que estão dando certo na região. E, com as câmaras, queremos uma ação integrada contando a coordenação de governadores, que ficarão responsáveis diretos por dois temas".

O projeto das Câmaras Temáticas nasce da necessidade de qualificar a atuação do Consórcio Nordeste como ferramenta de pactuação e de gestão, apoiando as ações governamentais dos estados consorciados, ampliando os vínculos territoriais e fortalecendo as redes colaborativas, ressignificando a ligação de setores com maior cooperação e coerência, com respeito às especificidades de cada Estado (Resolução nº 12 /2020, de 28 de dezembro de 2020).



RESULTADOS – CENÁRIO REGIONAL

Câmara Temática de Educação do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste

Diário Oficial

38



Teresina(PI) - Quarta-feira, 26 de maio de 2021 • Nº 107

e do Lazer do Rio Grande do Norte
IX. Sergipe – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

PORTARIA Nº 11/CIDSNE/PRES, DE 25 DE MAIO DE 2021

Institui a Câmara Temática de Educação no âmbito do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE, no uso de suas atribuições previstas no art. 32 do Estatuto deste Consórcio e na Resolução nº 012, de 28 de dezembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Câmara Temática de Educação, no âmbito do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste, com finalidade de articular pactos entre os Estados consorciados e formular, aperfeiçoar e apoiar a implementação das políticas públicas neste campo, de modo a possibilitar a atuação do Consórcio Nordeste no cumprimento de seus objetivos.

Art. 2º. Competirá à Câmara Temática de Educação:

- I - Apoiar a institucionalização de um espaço permanente de reflexão e articulação política e técnica dos gestores públicos da temática no Nordeste;
- II - Elaborar e encaminhar um plano de ações integradoras para a educação dos Estados no Nordeste considerando, principalmente, o impacto da pandemia dos processos educacionais, a formação permanente de educadores e gestores, o compartilhamento de metodologias e pedagogias inovadoras e a otimização de processos de compras conjuntas;
- III - Acompanhar e manifestar-se sobre políticas e programas voltados às infâncias nordestinas que sejam desenvolvidas por iniciativa ou no âmbito do Consórcio Nordeste;
- IV - Propor estratégias para o fortalecimento da educação nos Estados do Nordeste;
- V - Elaborar um banco de boas práticas de políticas públicas de educação no Nordeste;
- VI - Emitir parecer sobre consulta que lhe for encaminhada; e
- VII - Convidar especialistas para assessorá-la em assuntos de sua competência, quando for o caso.

Art. 3º. A Câmara Temática de Educação será composta pelos seguintes órgãos dos Estados consorciados abaixo mencionados, conforme abaixo:

- I. Alagoas – Secretaria de Estado da Educação de Alagoas
- II. Bahia – Secretaria da Educação do Estado da Bahia
- III. Ceará – Secretaria da Educação do Estado do Ceará
- IV. Maranhão – Secretaria de Educação do Estado do Maranhão
- V. Paraíba – Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba
- VI. Pernambuco – Secretaria de Educação e Esportes do estado de Pernambuco
- VII. Piauí – Secretaria de Estado da Educação do Piauí
- VIII. Rio Grande do Norte – Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte

§1º A Câmara Temática será coordenada por um dos seus integrantes e por um suplente, eleitos na sua instalação por maioria simples dos votos de seus integrantes presentes, podendo ser assessorada por Secretário/a Técnico/a.

§2º As atividades administrativas, bem como os serviços de apoio técnico, necessários ao desempenho das atribuições da Câmara Temática, serão coordenadas pelo Secretário Técnico, com o apoio das equipes Estados partícipes, sendo responsável por:

- I - receber as propostas e sugestões dos seus integrantes;
- II - convocar e viabilizar os meios para a realização das reuniões; e
- III - elaborar e disponibilizar a ata de deliberação.

§3º A Câmara Temática se reunirá para deliberar por votação da maioria simples dos membros presentes, cabendo o voto de qualidade ao seu coordenador, excepcionalmente, em caso de empate, sem necessidade de quórum para a sua realização.

Art. 4º O Secretário Executivo do Consórcio Nordeste designará um representante para acompanhamento das reuniões da Câmara Temática, sendo responsável por levar ao conhecimento do Conselho de Administração e à Assembleia dos Governadores as deliberações provenientes.

Art. 5º A Coordenação da Câmara Temática, em acordo com os demais integrantes, definirá a periodicidade das reuniões e os meios de sua realização, observando a diretriz de ampla participação.

Art. 6º. A Câmara Temática deverá ser instalada no prazo de até 15 (quinze) dias após a publicação desta Portaria, tendo prazo de duração fixado em 1 (um) ano a contar da sua instalação, podendo ser prorrogado por decisão da Presidência do Consórcio Nordeste.

Art. 7º A participação dos representantes dos Estados na Câmara Temática será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da contratação do Secretário Técnico serão compartilhados entre os partícipes, mediante celebração de Contrato de Rateio.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Governador do Estado do Piauí
Presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste

RESULTADOS – CENÁRIO NACIONAL: Programa de Trabalho e Ações Finalísticas Mais Adotadas

Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 Decreto 6.017/2007 enumerou no art. 3º algumas possibilidades de objetivos para ser levado a cabo pelos consórcios, quais sejam:	• I - a gestão associada de serviços;
	• II - a prestação de serviços, inclusive de assistência técnica, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;
	• III - o compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;
	• IV - a produção de informações ou de estudos técnicos;
	• V - a instituição e o funcionamento de escolas de governo ou de estabelecimentos congêneres;
	• VI - a promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio-ambiente;
	• VII - o exercício de funções no sistema de gerenciamento de recursos hídricos que lhe tenham sido delegadas ou autorizadas;
	• VIII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados;
	• IX - a gestão e a proteção de patrimônio urbanístico, paisagístico ou turístico comum;
	• X - o planejamento, a gestão e a administração dos serviços e recursos da previdência social dos servidores de qualquer dos entes da Federação que integram o consórcio,
	• XI - o fornecimento de assistência técnica, extensão, treinamento, pesquisa e desenvolvimento urbano, rural e agrário;
	• XII - as ações e políticas de desenvolvimento urbano, socioeconômico local e regional; e
	• XIII - o exercício de competências pertencentes aos entes da Federação nos termos de autorização ou delegação.

RESULTADOS – CENÁRIO NACIONAL: Vantagens de Constituir um Consórcio Público

- Favorece a economia de recursos;
- Aumenta a capacidade de realização de determinadas políticas públicas;
- Permite a realização de ações inacessíveis a um único Município;
- Facilita o intercâmbio de ideias, projetos e experiências;
- Permite que o planejamento das políticas públicas se faça de forma conjunta, com a participação de todos os membros do consórcio;
- Fortalece a autonomia do Município e a democracia, descentralizando as ações de governo;
- Aumenta a transparência e o controle das decisões públicas;
- Aumenta o poder de diálogo, pressão e negociação dos Municípios e concede peso político regional para as demandas locais;
- Melhora o relacionamento das Prefeituras com outras esferas de governo, possibilitando que os recursos cheguem mais rápido e facilmente;
- Fortalece os princípios de subsidiariedade e solidariedade que sustentam a arquitetura da Federação Brasileira depois de 1988;
- Cria mecanismos eficientes para uma gestão pública menos suscetível a disputas político-partidárias;
- Cria comprometimento da implantação das políticas;
- Resolve problemas regionais sem se limitar às fronteiras administrativas;
- Assegura agilidade na elaboração de diagnósticos e ações de governo, necessária para enfrentamento dos problemas e prioridades regionais;
- Desloca o centro das decisões sobre políticas públicas para esferas mais próximas das populações assistidas;
- Leva aos governos centrais elementos de realidade, o que ajuda a adequar as políticas públicas;
- Cria canais por onde podem fluir as experiências criativas das localidades;
- Viabiliza as políticas sociais por meio da democratização dos recursos e do poder de decisão sobre elas;
- Valoriza os poucos recursos de que dispõe cada Município;
- Ajuda as Prefeituras menores, que assim podem receber apoio das Prefeituras que dispõem de melhor capacidade institucional ;
- Possibilita a diminuição das desigualdades regionais e a baixa capacidade de arrecadação tributária do Município;
- Cria novos fluxos de recursos para o Município, diminuído sua dependência das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- Ajuda o Município a superar sua incapacidade de investimento público;
- Viabiliza obras de grande porte e serviços de alto custo, que não são acessíveis à maioria das localidades;
- Promove a constituição de aparatos institucionais competentes, com capacidade técnica e de recursos;
- Elaboração e financiamento de projetos.

RESULTADOS – CENÁRIO NACIONAL: AÇÕES DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS PARA O SETOR DE EDUCAÇÃO

• Articular ações estratégicas de desenvolvimento da política educacional por meio:	• (i) da organização dos Sistemas Municipais de Ensino; (ii) da organização de Planos de Cargos, Carreiras e Salários; (iii) da concepção de Sistema de geração de conteúdo didático e pedagógico (iv) implantação dos Sistemas Municipais e Regional de transporte de alunos; (v) desenvolvimento de sistemas de avaliação acerca da qualidade do ensino; (vi) da articulação dos Planos Municipais de Ensino que devem evoluir para a concepção de um Plano Regional de Ensino;
• Formulação de proposta pedagógica regional, sistemas de avaliação, material pedagógico, capacitação de professores, intercâmbio escolar.	
• Compras de alimentos e produção de merenda escolar, material escolar, uniformes, equipamentos;	
• Organizar projetos, construção e manutenção de prédios escolares de forma a criar uma identidade espacial na região;	
• Desenvolvimento de atividades complementares à educação, ligadas à cultura, lazer e esporte;	
• Ações para fortalecer estratégias de universalização do acesso à Educação Infantil;	
• Desenvolvimento de estratégias para fortalecer a qualidade do Ensino Fundamental, assegurando a permanência e eliminando a evasão escolar nesta etapa de ensino;	
• Desenvolvimento de estratégias para a concepção e implantação de modelo de educação inclusiva de modo transversal a todas as modalidades de ensino;	
• Desenvolvimento de estratégias de universalização de acesso e permanência ao ensino médio regular e/ou profissionalizante;	
• Desenvolvimento de ações com vistas à eliminação do analfabetismo entre jovens e adultos;	
• Promoção de ações com vistas a elevação da escolaridade e qualificação profissional;	
• Desenvolvimento de ações de capacitação dos gestores públicos e profissionais da Educação;	
• Desenvolvimento de ações em prol do acesso e melhoria da qualidade do Ensino Superior;	
• Desenvolvimento de ações com objetivo de criar um modelo regional de manutenção de prédios e equipamentos educacionais.	

**O PLP 235/2019: Decisão: Aprovada pelo
Plenário do Senado
Destino: À Câmara dos Deputados
Último local: 13/05/2022 - Coordenação de
Arquivo
Último estado: 17/03/2022 - REMETIDA À
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

AMBAS VIGENTES

Dispõe sobre a implementação do regime de colaboração mediante Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE), como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação.

“Ainda que não exclusivamente, os dois mecanismos de regime de colaboração mais adotados entre Municípios são os Arranjos de Desenvolvimento da Educação e os Consórcios públicos ou privados com câmaras técnicas de educação;

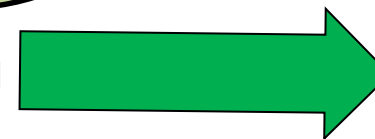
**LACUNA:
INEXISTÊNCIA DO SNE**



**RESOLUÇÃO CNE
Nº 1, DE 23 DE
JANEIRO 2012 +
RESOLUÇÃO
CNE/CEB nº 2, de
16 de agosto de
2021**



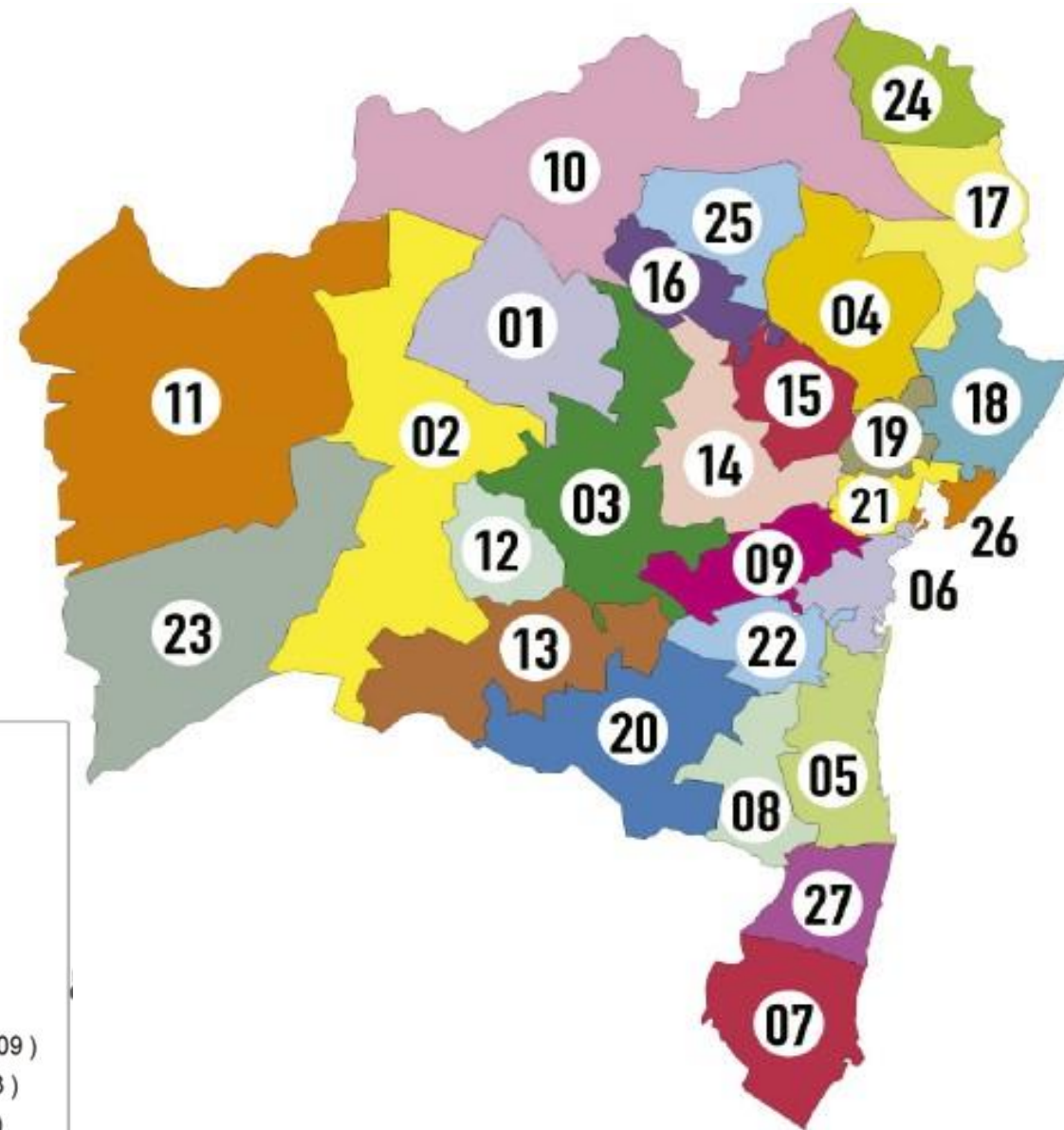
**Lei nº 11.107,
de 06 de abril
de 2005 +
Decreto nº
6.017, de 17 de
janeiro de
2007**



**Fundamentação
Legal:
Educação,
Regime de
Colaboração;
Cooperação
Federativa
Intermunicipal
no contexto da
pesquisa**

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA

Territórios de Identidade da Bahia:
417 Municípios alocados em 27
territórios de identidade



TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE (Nº de Municípios)

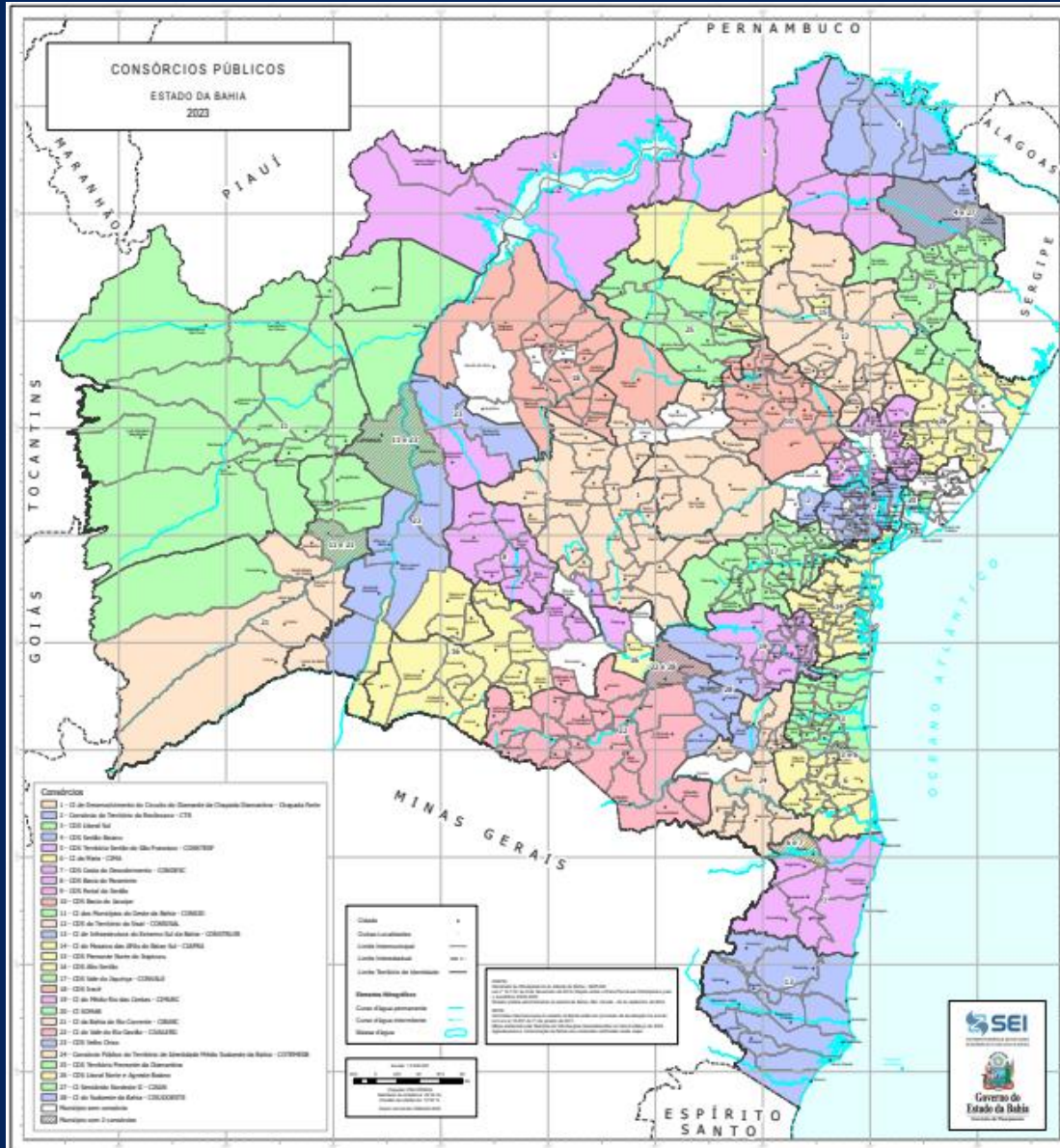
01 - Irecê (20)	10 - Sertão do São Francisco (10)	19 - Portal do Sertão (17)
02 - Velho Chico (16)	11 - Bacia do Rio Grande (14)	20 - Sudoeste Baiano (24)
03 - Chapada Diamantina (24)	12 - Bacia do Paramirim (08)	21 - Recôncavo (19)
04 - Sisal (20)	13 - Sertão Produtivo (20)	22 - Médio Rio de Contas (16)
05 - Litoral Sul (26)	14 - Piemonte do Paraguaçu (13)	23 - Bacia do Rio Corrente (11)
06 - Baixo Sul (15)	15 - Bacia do Jacuípe (15)	24 - Itaparica (06)
07 - Extremo Sul (13)	16 - Piemonte da Diamantina (09)	25 - Piemonte Norte do Itapicuru (09)
08 - Médio Sudoeste da Bahia (13)	17 - Semiárido Nordeste II (18)	26 - Metropolitano de Salvador (13)
09 - Vale do Jiquiriçá (20)	18 - Litoral Norte e Agreste Baiano (20)	27 - Costa do Descobrimento (08)

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS POLÍTICA TERRITORIAL



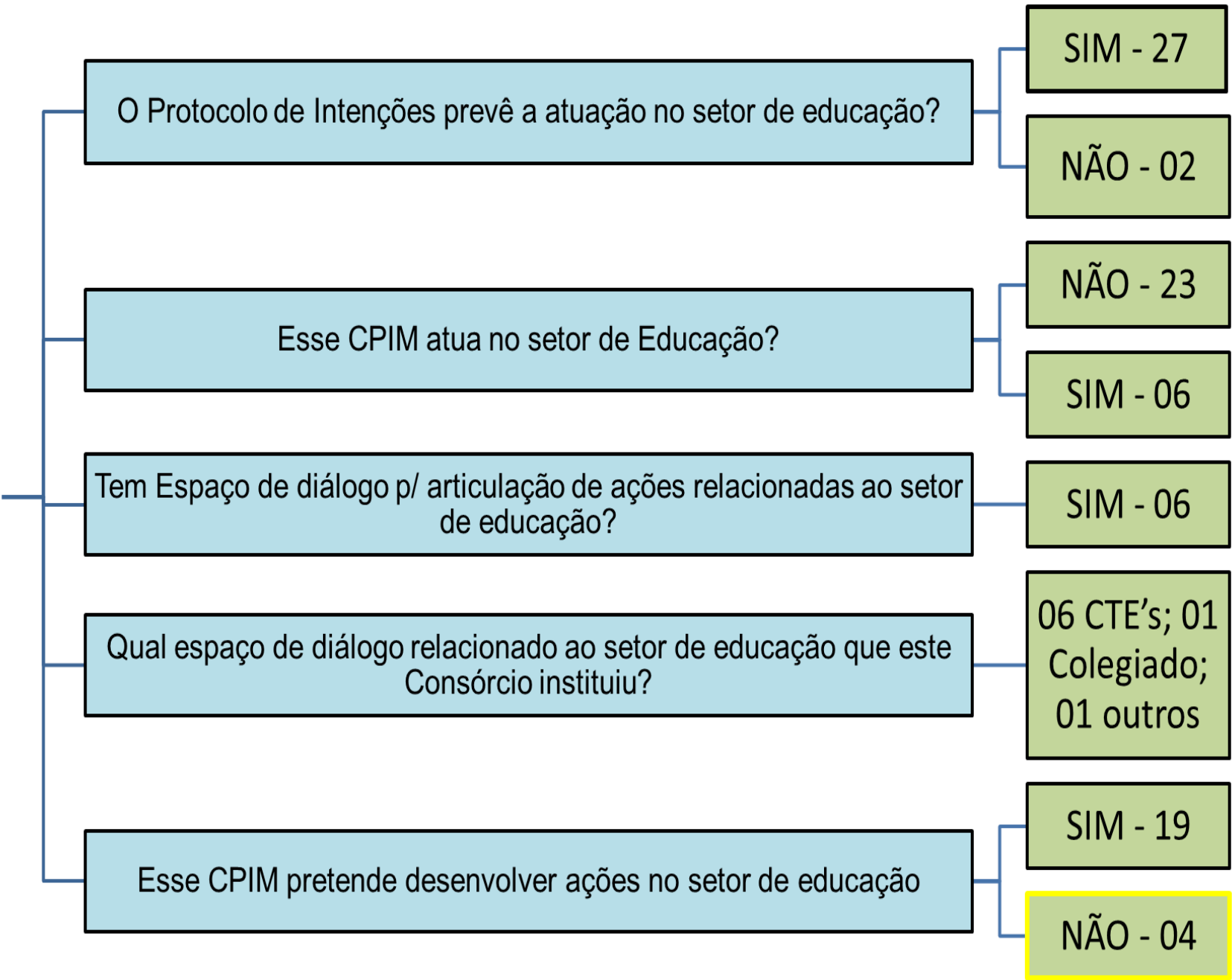
RESULTADOS: OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS COMO INSTRUMENTOS DE INCREMENTO PARA A POLÍTICA EDUCACIONAL - BOAS PRÁTICAS

RESULTADOS - CENÁRIO LOCAL/BAHIA



DOS 29
CPIM's, 08
ATUAM NO
SETOR DE
EDUCAÇÃO,
06, POR MEIO
DE CTE's, 01
POR MEIO DE
COLEGIADO
E 01 POR
MEIO DE UM
FÓRUM

RESULTADOS CENÁRIO BAHIA: Perguntas Questionário



RESULTADOS CENÁRIO BAHIA: Áreas que os CPIMs desenvolvem atividades (2023)

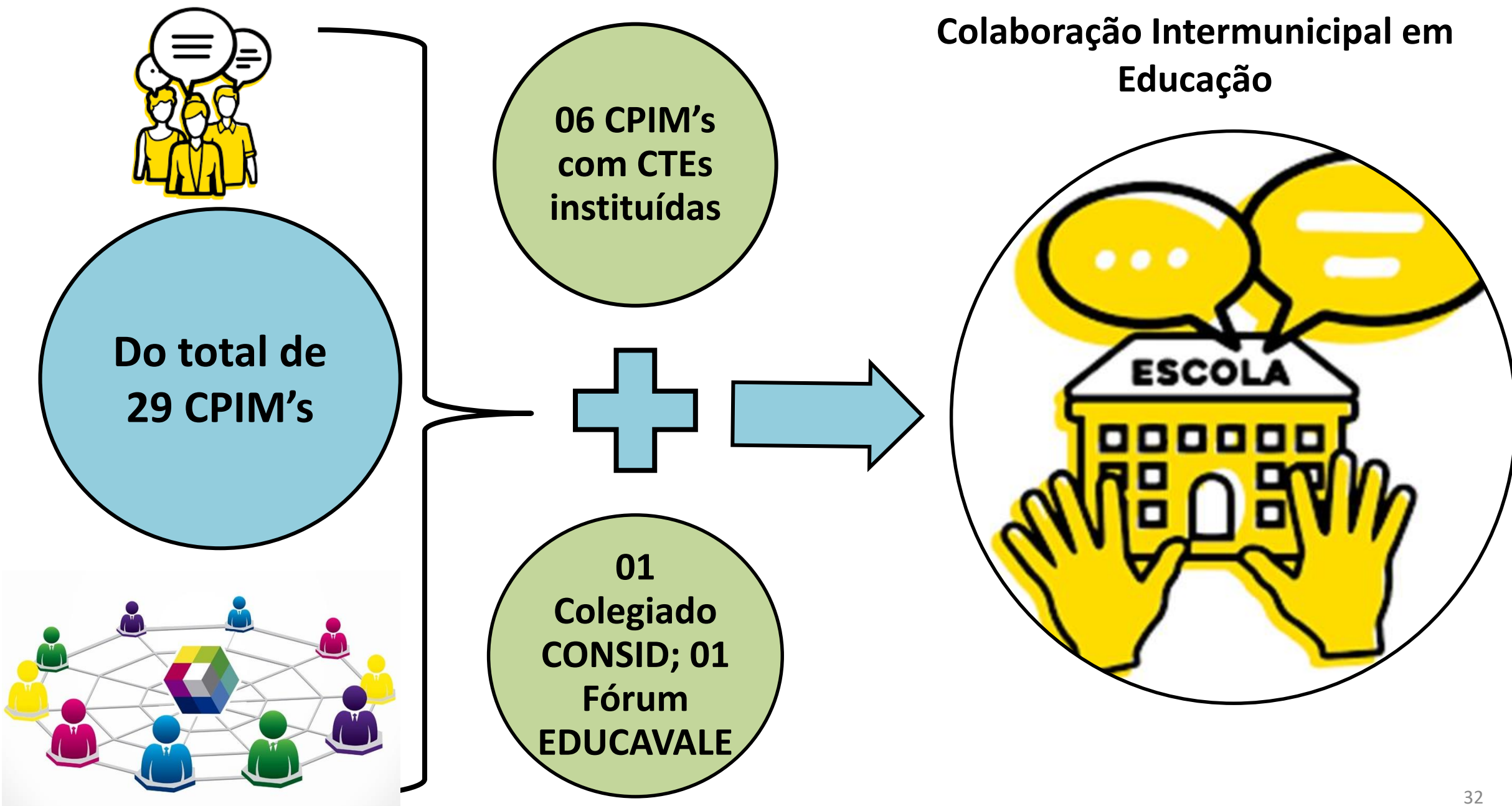
05 EDUCAÇÃO

RESULTADOS CENÁRIO BAHIA: Áreas que os CPIMs, não atuam, mas, pretendem atuar nos próximos anos

14 EDUCAÇÃO

RESULTADOS: ATUAÇÃO/ INICIATIVAS CONSORCIADAS EM EDUCAÇÃO NA BAHIA

Colaboração Intermunicipal em Educação



CONSÓRCIOS PÚBLICOS MULTIFINALITÁRIOS QUE ATUAM NO SETOR DE EDUCAÇÃO NA BAHIA

	CONSÓRCIO EM ATUAÇÃO/ MUNICÍPIO SEDE	ANO DE INST. C.P.I.M	TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO PREDOMINA NTE	Espaço de diálogo instituído para o planejamento e articulação de ações relacionadas ao setor de educação	NTE/ MUNICÍPIO SEDE
1	CIDCD - Chapada Forte - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina- MUNICÍPIO SEDE: Andaraí/BA	2014	Chapada Diamantina	Em 2018 a Câmara Técnica de Educação inicia atividades no território do baixo sul, Ata nº 012/2018 - Assembleia Geral Ordinária do CP, resolução 006/2018	NTE 03: Seabra
2	CDS Litoral Sul - Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Litoral Sul - MUNICÍPIO SEDE: Itabuna/BA	2013	Litoral Sul	Em 2015 a Câmara Técnica de Educação iniciou atividades	NTE 05: Itabuna
3	CIMA - Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica - MUNICÍPIO SEDE: Camacan/BA	2013		Em 2022 a Câmara Técnica de Educação inicia atividades	
4	CIAPRA - Consórcio Intermunicipal da APA do Pratigi. MUNICÍPIO SEDE: Ituberá - BA	2008	Baixo Sul	Em 2018 a Câmara Técnica de Educação CIAPRA/BA inicia atividades no território do baixo sul	NTE 06: Valença
5	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal - Consisal	2013	Sisal	No primeiro semestre de 2023 foi instituída a Câmara Técnica de Educação	NTE 04: Serrinha
6	CIVALERG - Consórcio Intermunicipal do vale do Rio Gavião. MUNICÍPIO SEDE: Vitoria da Conquista	2018	Sudoeste Baiano	Em 2022 a Câmaras Técnicas de Educação foi instituída, Projeto de Lei N.º 009/2022. Publicado no Diário da Câmara Municipal de Condeúba/ BA em17 de Março de 2022 , Ano V • Nº 226	NTE 20: Vitória da Conquista

AÇÕES QUE OS CPIM/BA DESENVOLVEM NO SETOR DE EDUCAÇÃO	
• Organização de Planos de Cargos, Carreiras e Salários	3
• Formulação de proposta pedagógica regional, sistemas de avaliação, material pedagógico, capacitação de professores, intercâmbio escolar.	3
• Desenvolvimento de ações de capacitação dos gestores públicos e profissionais da Educação;	3
• Organização dos Sistemas Municipais de Ensino	2
• Desenvolvimento da concepção de Sistema de geração de conteúdo didático e pedagógico (que respeitando as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação)	2
• Articulação dos Planos Municipais de Ensino que devem evoluir para a concepção de um Plano Regional de Ensino;	2
• Desenvolvimento de estratégias para fortalecer a qualidade do Ensino Fundamental, assegurando a permanência e eliminando a evasão escolar nesta etapa de ensino;	2
• Desenvolvimento de ações em prol do acesso e melhoria da qualidade do Ensino Superior;	2
• Desenvolvimento de sistemas de avaliação acerca da qualidade do ensino;	1
• Compras de alimentos e produção de merenda escolar, material escolar, uniformes, equipamentos;	1
• Desenvolvimento de atividades complementares à educação, ligadas à cultura, lazer e esporte;	1
• Fortalecimento de estratégias de universalização do acesso à Educação Infantil;	1
• Desenvolvimento de estratégias para a concepção e implantação de modelo de educação inclusiva de modo transversal a todas as modalidades de ensino;	1
• Desenvolvimento de ações com vistas à eliminação do analfabetismo entre jovens e adultos;	1
• Promoção da elevação da escolaridade e qualificação profissional;	1
• Desenvolvimento do modelo regional de manutenção de prédios e equipamentos educacionais.	1
• Implantação dos Sistemas Municipais e Regional de transporte de alunos;	0
• Organização de projetos, construção e manutenção de prédios escolares de forma a criar uma identidade espacial na região;	0
• Desenvolvimento de estratégias de universalização de acesso e permanência ao ensino médio regular e/ou profissionalizante;	34 ⁰

PLANO ESTRATÉGICO REGIONAL 2021-2024



**CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO DO
CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO LITORAL SUL – CTE
CDS LS**

**PARCERIA: ITAÚ SOCIAL/
MELHORIA DA EDUCAÇÃO**

**TOTAL DE
MUNICÍPIOS: 15**

Representante Legal da Iniciativa Regional: LUCIANO ROBSON RODRIGUES VEIGA - Secretário Executivo/ Câmara Técnica de Educação do CDS-LS LUZINETE MIRANDA SANTOS PINTO

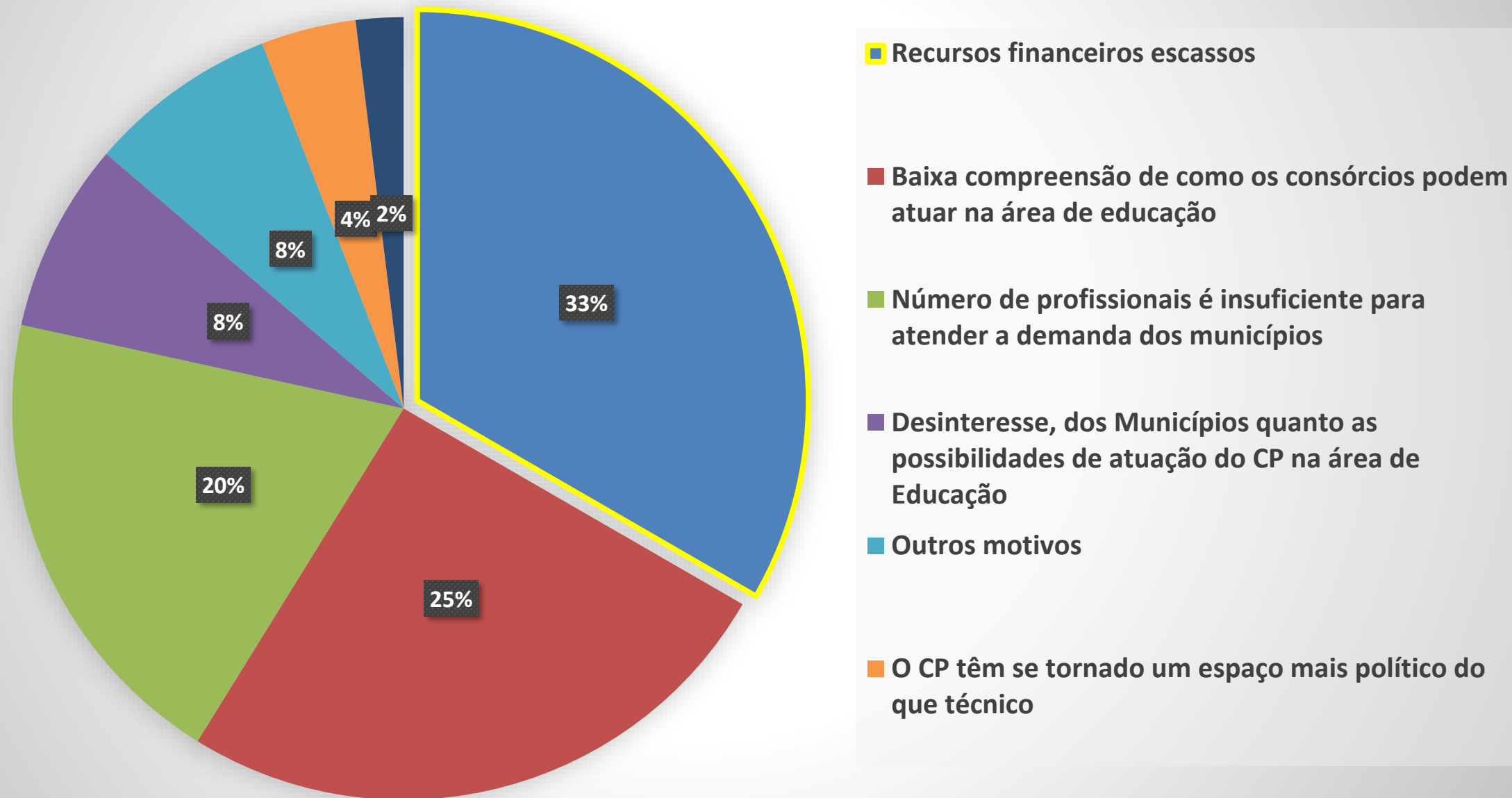
OBJETIVO 1: MELHORAR O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DO TERRITÓRIO LITORAL SUL DE EDUCAÇÃO E DO CDS LS EM PARCERIA COM A CÂMARA TÉCNICA)

OBJETIVO 2: GARANTIR CONDIÇÕES PARA OFERECER A EDUCAÇÃO EM TEMPO EM TEMPO INTEGRAL NO TERRITÓRIO LITORAL SUL A PARTIR DE AÇÕES CONSORCIADAS.

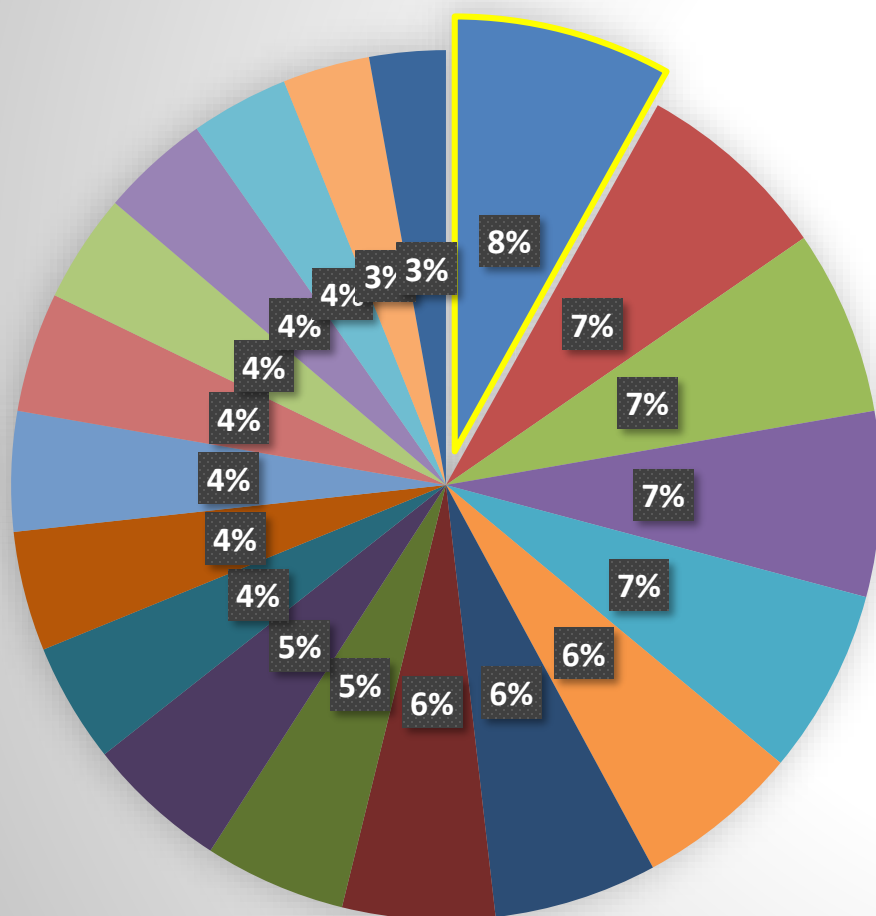
OBJETIVO 3: MODERNIZAR E FORTALECER A GESTÃO ESCOLAR TENDO COMO REFERÊNCIA OS MUNICÍPIOS DA CÂMARA TÉCNICA DA EDUCAÇÃO DO CDS LS

OBJETIVO 4: PROMOVER A GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, ATRAVES DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS DE EDUCAÇÃO EXISTENTES NO TERRITÓRIO LITORAL SUL BA

Alternativas que correspondem aos motivos os quais os CPIM's não atuarem no setor de educação (opção de múltipla escolha)



AÇÕES QUE OS CPIM's/BA CONSIDERAM ESTRATÉGICAS

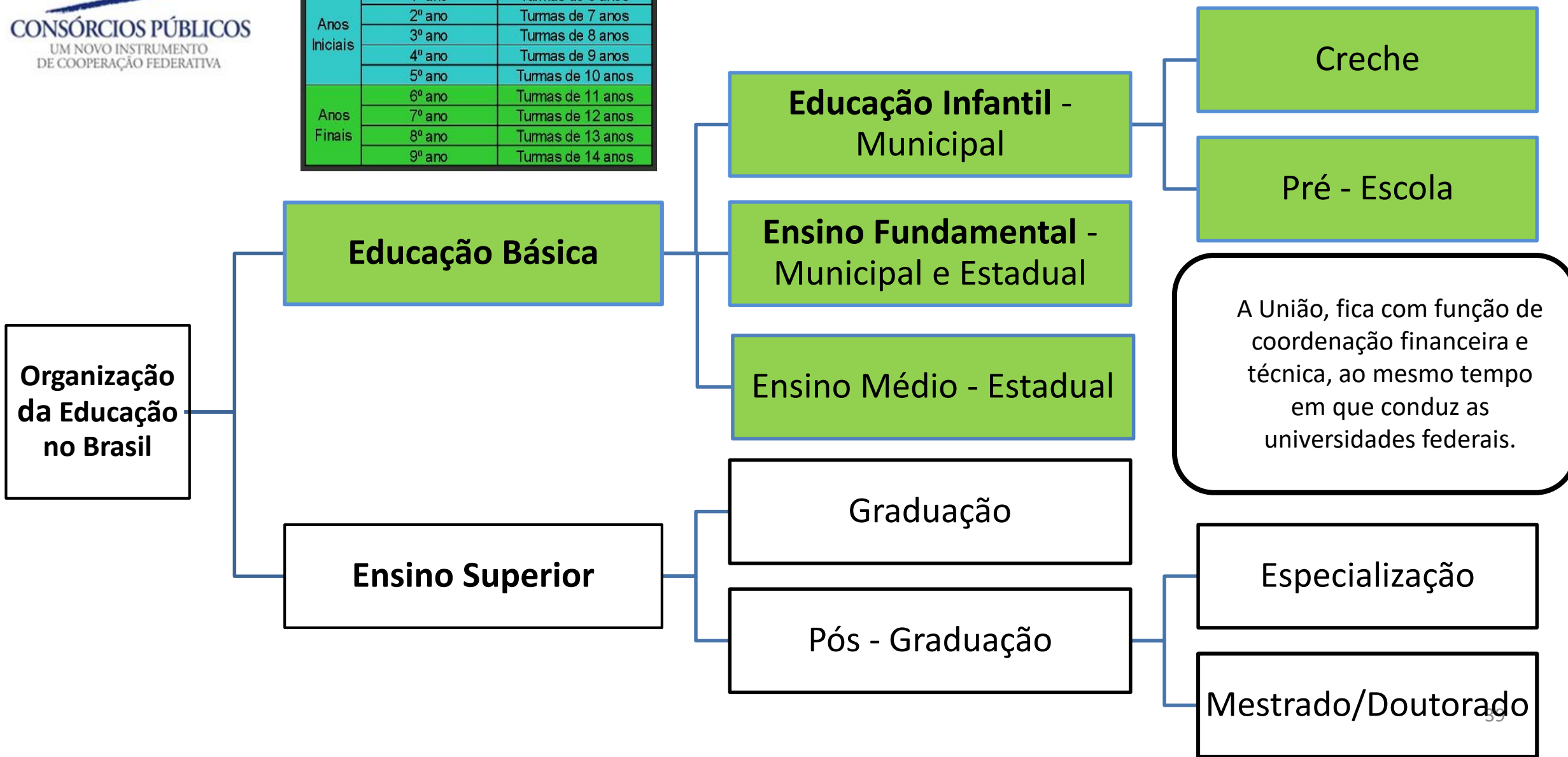


- Compras de alimentos e produção de merenda escolar, material escolar, uniformes, equipamentos;
- Desenvolvimento de atividades complementares à educação, ligadas à cultura, lazer e esporte;
- Articulação dos Planos Municipais de Ensino que devem evoluir para a concepção de um Plano Regional de Ensino;
- Formulação de proposta pedagógica regional, sistemas de avaliação, material pedagógico, capacitação de professores, intercâmbio escolar.
- Organização de projetos, construção e manutenção de prédios escolares de forma a criar uma identidade espacial na região;
- Implantação dos Sistemas Municipais e Regional de transporte de alunos;
- Desenvolvimento de ações de capacitação dos gestores públicos e profissionais da Educação;
- Desenvolvimento do modelo regional de manutenção de prédios e equipamentos educacionais.
- Desenvolvimento de sistemas de avaliação acerca da qualidade do ensino;
- Desenvolvimento de ações com vistas à eliminação do analfabetismo entre jovens e adultos;
- Organização dos Sistemas Municipais de Ensino
- Fortalecimento de estratégias de universalização do acesso à Educação Infantil;
- Desenvolvimento de estratégias para fortalecer a qualidade do Ensino Fundamental, assegurando a permanência e eliminando a evasão escolar nesta etapa de ensino;
- Promoção da elevação da escolaridade e qualificação profissional;
- Organização de Planos de Cargos, Carreiras e Salários
- Desenvolvimento de estratégias de universalização de acesso e permanência ao ensino médio regular e/ou profissionalizante;
- Desenvolvimento da concepção de Sistema de geração de conteúdo didático e pedagógico (que respeitando as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação)
- Desenvolvimento de estratégias para a concepção e implantação de modelo de educação inclusiva de modo transversal a todas as modalidades de ensino;
- Desenvolvimento de ações em prol do acesso e melhoria da qualidade do Ensino Superior;

AÇÕES QUE OS CPIM'/BA CONSIDERAM ESTRATÉGICAS O SETOR DE EDUCAÇÃO		
• Compras de alimentos e produção de merenda escolar, material escolar, uniformes, equipamentos;		20
• Desenvolvimento de atividades complementares à educação, ligadas à cultura, lazer e esporte;		18
• Articulação dos Planos Municipais de Ensino que devem evoluir para a concepção de um Plano Regional de Ensino;		17
• Formulação de proposta pedagógica regional, sistemas de avaliação, material pedagógico, capacitação de professores, intercâmbio escolar.		17
• Organização de projetos, construção e manutenção de prédios escolares de forma a criar uma identidade espacial na região;		17
• Implantação dos Sistemas Municipais e Regional de transporte de alunos;		15
• Desenvolvimento de ações de capacitação dos gestores públicos e profissionais da Educação;		15
• Desenvolvimento do modelo regional de manutenção de prédios e equipamentos educacionais.		14
• Desenvolvimento de sistemas de avaliação acerca da qualidade do ensino;		13
• Desenvolvimento de ações com vistas à eliminação do analfabetismo entre jovens e adultos;		13
• Organização dos Sistemas Municipais de Ensino		11
• Fortalecimento de estratégias de universalização do acesso à Educação Infantil;		11
• Desenvolvimento de estratégias para fortalecer a qualidade do Ensino Fundamental, assegurando a permanência e eliminando a evasão escolar nesta etapa de ensino;		11
• Promoção da elevação da escolaridade e qualificação profissional;		11
• Organização de Planos de Cargos, Carreiras e Salários		10
• Desenvolvimento de estratégias de universalização de acesso e permanência ao ensino médio regular e/ou profissionalizante;		10
• Desenvolvimento da concepção de Sistema de geração de conteúdo didático e pedagógico (que respeitando as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação)		9
• Desenvolvimento de estratégias para a concepção e implantação de modelo de educação inclusiva de modo transversal a todas as modalidades de ensino;		8
• Desenvolvimento de ações em prol do acesso e melhoria da qualidade do Ensino Superior;	38	7

APLICABILIDADE

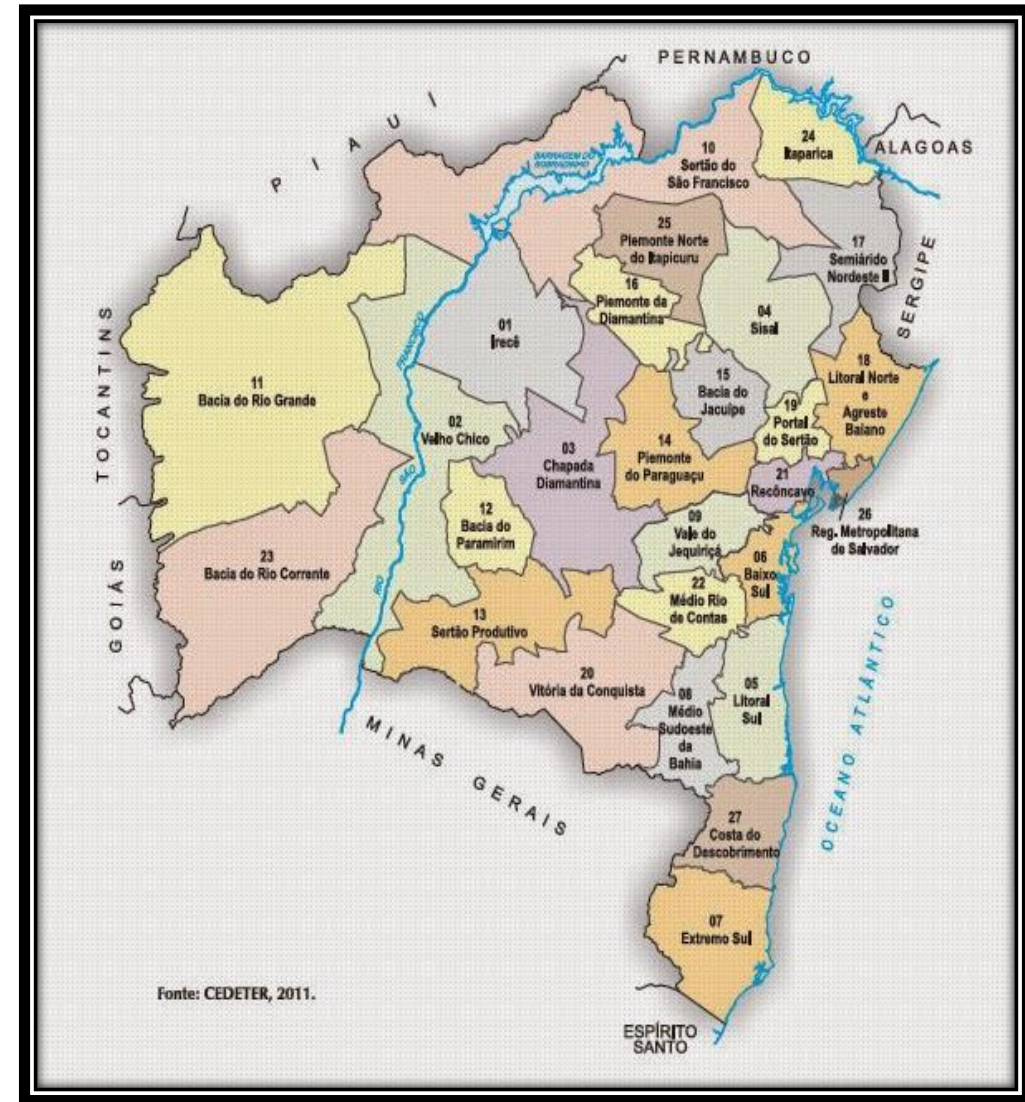
Ensino Fundamental Resolução nº 3 CNE/CEB		Organização nos Sistemas
Anos Iniciais	1º ano	Turmas de 6 anos
	2º ano	Turmas de 7 anos
	3º ano	Turmas de 8 anos
	4º ano	Turmas de 9 anos
	5º ano	Turmas de 10 anos
Anos Finais	6º ano	Turmas de 11 anos
	7º ano	Turmas de 12 anos
	8º ano	Turmas de 13 anos
	9º ano	Turmas de 14 anos



TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

*“O território é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como **o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos**, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial”.*

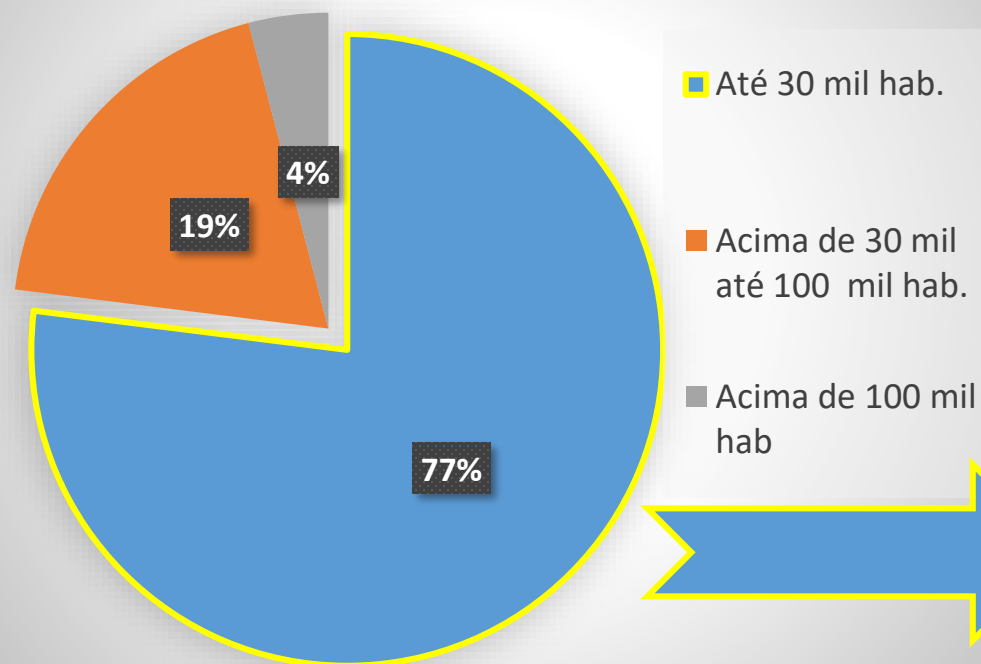
PERTENCIMENTO



7,5

milhões de
pessoas287 municípios
22 territórios de
identidade85,6%
território
baiano

Porte dos Municípios Baianos



321 Munic. c/ pop. até 30 mil hab.; 79 Munic. c/ pop. De 30 até 100 mil hab.; 17 Munic. c/ pop. Acima de 100 mil

Distribuição por estados

Piauí

216 municípios
231,1 mil km²
91,8% do território
3,2 milhões de pessoas

Maranhão

16 municípios
27,6 mil km²
8,4% do território
678,4 mil pessoas

Bahia

287 municípios
483,6 mil km²
85,6% do território
7,5 milhões de pessoas

Minas Gerais

217 municípios
196,2 mil km²
33,5% do território
3,3 milhões de pessoas

Ceará

175 municípios
146,9 mil km² / 98,7% do território
5,7 milhões de pessoas

Rio Grande do Norte

148 municípios
49,8 mil km²
94,3% do território
1,8 milhão de pessoas

Paraíba

198 municípios
51,7 mil km²
91,5% do território
2,5 milhões de pessoas

Pernambuco

142 municípios
88,5 mil km²
90,3% do território
4,6 milhões de pessoas

Alagoas

42 municípios
13,2 mil km²
47,6% do território
948,4 mil pessoas

Sergipe

30 municípios
12,1 mil km² / 55,0% do território
562,8 mil pessoas

Espírito Santo

6 municípios
5,4 mil km² / 11,8% do território
108,5 mil pessoas

PORTAL DO SERTÃO



15 Territórios com todos os municípios na região do Semiárido

7 Territórios com parte dos municípios na região do Semiárido

5 Territórios sem municípios na região do Semiárido



948.723

habitantes em 2022

17

municípios

5.812
Km²

1,1%

Extensão territorial da Bahia

Santa Bárbara
20.952 habitantes

Tanquinho
7.717 habitantes

Feira de Santana
616.279 habitantes

Anguera
11.031 habitantes

Ipecaetá
13.709 habitantes

Antônio Cardoso
11.146 habitantes

Santo Estêvão
52.274 habitantes

Conceição da Feira
20.800 habitantes

Santanópolis
8.716 habitantes

Conceição do Jacuípe
35.308 habitantes

Água Fria
14.497 habitantes

Irará
28.043 habitantes

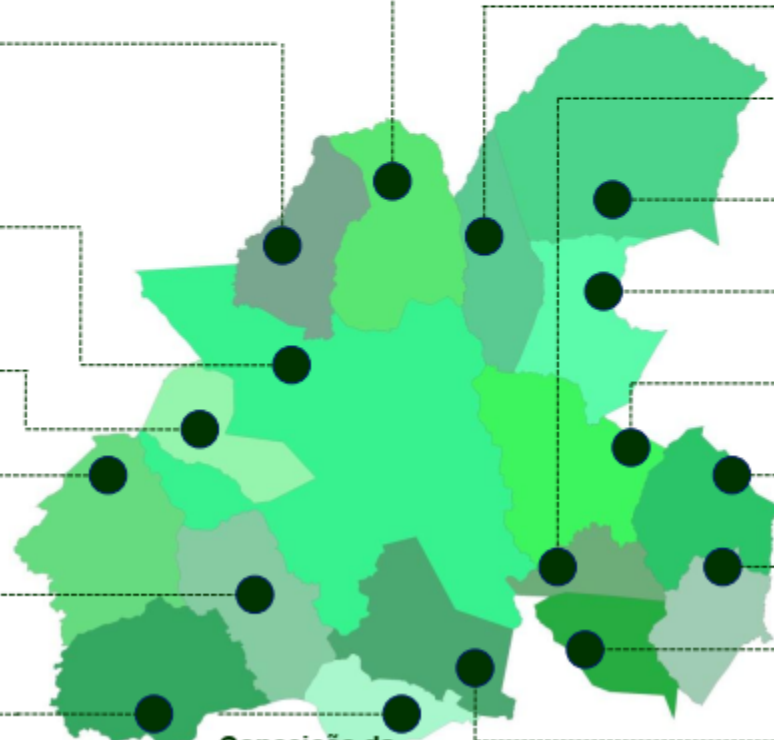
Coração de Maria
26.692 habitantes

Teodoro Sampaio
7.110 habitantes

Terra Nova
10.798 habitantes

Amélia Rodrigues
24.138 habitantes

São Gonçalo dos Campos
39.513 habitantes





Por onde começar para que os CPIM's atuem na área de educação? Como podemos fazer?



Veremos abaixo a proposta simplificada!!!!



PRODUTO EDUCACIONAL: PLANO DE CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS: SABERES E PRÁTICAS

2023

GUIA PARA ATUAÇÃO CONSORCIADA EM
EDUCAÇÃO NA BAHIA

Mestranda: Liliane da Silva Góes
Orientador: Prof. Dr. José Cláudio Rocha

2023

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
CAPACITAÇÃO: Potencialidades,
Condicionantes e Possibilidades de atuação
consorciada em educação na Bahia

Mestranda: Liliane da Silva Góes
Orientador: Prof. Dr. José Cláudio Rocha

METODOLOGIA



Pessoal! É importante entendermos a metodologia que estamos propondo!!!!

METODOLOGIA

Vamos trilhar um caminho para a construção do conhecimento que terá a participação de personagens fictícios que atuarão como instrutores do Curso de Capacitação Potencialidades, Condicionantes e Possibilidades para atuação consorciada em educação na Bahia, teremos a fundamental participação da personagem Paula a "estudante curiosa!!!", que também é funcionária de um Consórcio Público Intermunicipal Multifinâlitário – CPIM aqui do estado da Bahia, Ela está realizando o curso porque o Presidente desse CPIM solicitou um relatório com um parecer sobre a possibilidade do Consórcio atuar no setor de educação. Vamos aprender juntos e ajudar Paula a elaborar esse relatório para que o CPIM entenda como pode fortalecer a educação em nosso Estado! Simbora!

METODOLOGIA

O fluxo do Diálogo argumentativo, entre os personagens, com "Perguntas frequentes" sobre Educação e Consórcios Públicos e temas correlacionados à temática, as respostas fundamentadas no conhecimento oriundo da dissertação "EDUCAÇÃO E CONSÓRCIOS PÚBLICOS: Condicionantes e Potencialidades da Gestão Associada na Bahia, conformam o conteúdo do Guia, que está redigido em uma linguagem objetiva e acessível, trilhando assim, o caminho participativo para a construção coletiva dos conhecimentos básicos sobre as possibilidades de atuação dos Consórcios Públicos Intermunicipais Multifinâlitários – CPIM's no campo educacional do estado da Bahia. Sigamos!!!



CONHEÇA A NOSSA EQUIPE



Olá! Eu sou Adriana, estarei junto com Lúcia, Ana, Isabel, Rodrigo, Pedro e Tati também conhecida como "a super conectada" !!!!! Somos a equipe de instrutores da capacitação em Educação e Consórcios Públicos, teremos também a presença de Paula, a "estudante curiosa !!!" Na busca pelo aprendizado irá nos fazer perguntas! Ela precisa elaborar um relatório sobre a temática do curso! Estaremos juntos trazendo as respostas, e construindo com vocês o percurso desse conhecimento! Que tenhamos Sucesso! Sigamos!



Olá! Eu sou a Lúcia! Espero contribuir com o aprendizado de vocês! Sejam bem vindos!

Oi! Eu sou Ana! Que tenhamos uma ótima leitura!





COMO UTILIZAR O GUIA?

Bom ter vocês por aqui! Abaixo identificados os sinalizadores indicativos que vocês irão encontrar no decorrer da leitura!

Importante dizer que caso acessem esse Guia por meio de um aparelho conectado à rede de internet, será possível clicar no local indicado e realizar uma leitura complementar!

SAIBA MAIS

DICAS IMPORTANTES

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

PARTICIPE

MÃOS A OBRA

ORIENTAÇÕES

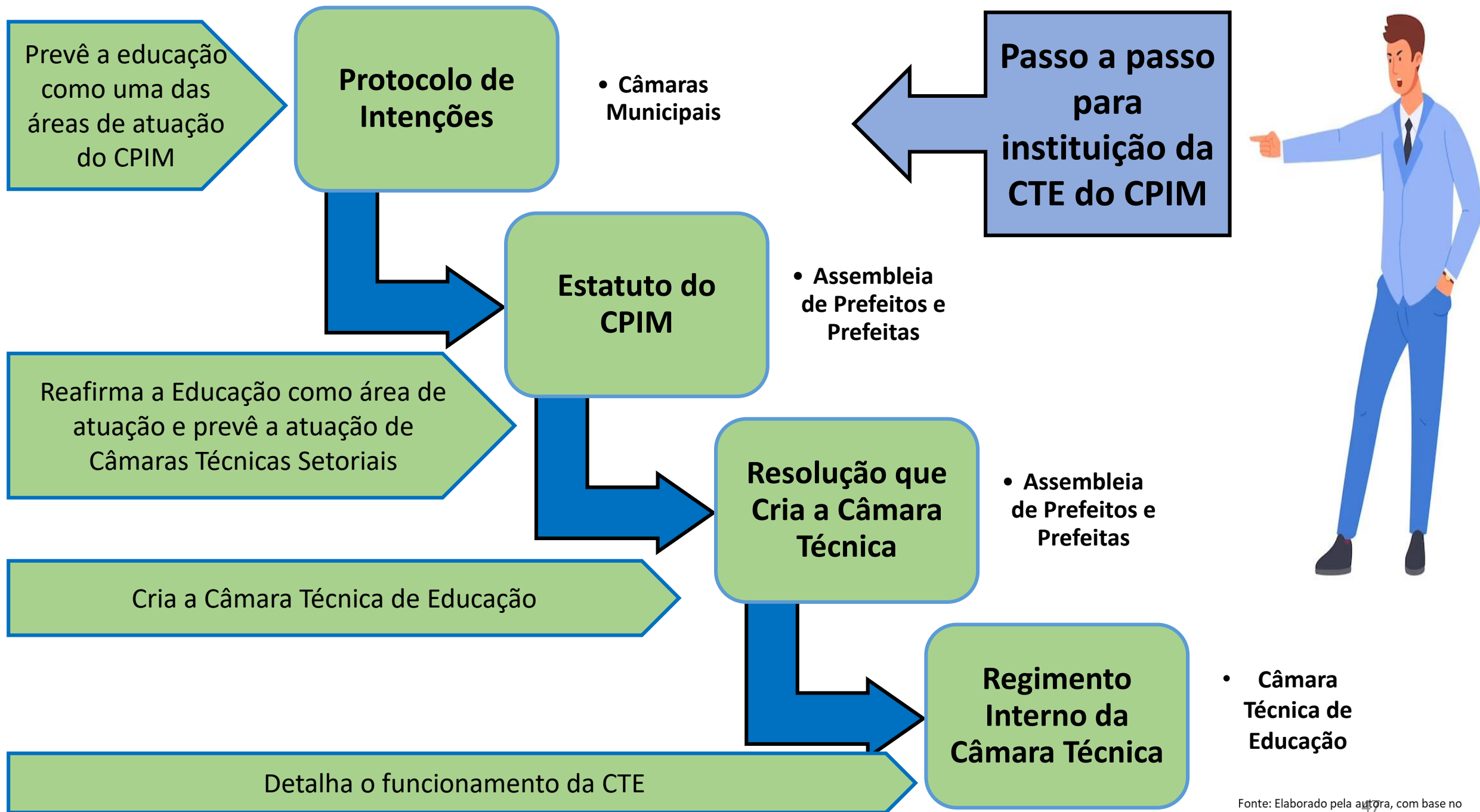
TOME NOTA

PASSO A PASSO

NOSSAS REDES

CLIQUE AQUI E ACESSE O LINK

ACESSE AQUI



Compromissos: Fortalecer a concepção sistêmica e a integração do planejamento e gestão estratégica; Fomentar a cooperação interfederativa, especialmente o consorciamento público de municípios, com vistas ao fortalecimento da capacidade de desenvolvimento e gestão de políticas públicas; Fortalecer arranjos político-institucionais de mútua colaboração, interestaduais, interfederativos

**PLANO PLURIANUAL - PPA
(PROJETO DE LEI Nº
25.042/2023 PPA 2024-2027 -
EIXO: GESTÃO
GOVERNAMENTAL –
PROGRAMA PLANEJA BAHIA**

Órgãos Participantes: CASA CIVIL, Gabinete do Governador - GABGOV, Procuradoria Geral do Estado – PGE; Secretaria da Administração - SAEB, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, Secretaria da Fazenda - SEFAZ, Secretaria do Planejamento - SEPLAN, Secretaria de Relações Institucionais - SERIN

Visando empreender um esforço considerável por meio de **planejamento estruturado de médio e longo prazos para resgatar a Bahia** da sua histórica condição subdesenvolvida e periférica, o **Programa Planejamento e Gestão Estratégica** busca, entre outros objetivos, fortalecer a concepção sistêmica e integrada do planejamento e da gestão estratégica, **potencializar a mobilização de recursos para o adequado financiamento das políticas públicas**, garantir a participação social nos processos de desenvolvimento territorial, subsidiar a formulação e gestão de políticas públicas com análises e estudos sistemáticos sobre aspectos socioeconômicos, espaciais, demográficos e ambientais do estado, promovendo uma política articulada para expansão e diversificação da economia estadual.

Iniciativa: Implantar projeto de formação continuada para gestores e técnicos de consórcios públicos - SEPLAN

Iniciativa: Fomentar a expansão das parcerias das Secretarias e órgãos com os Consórcios Públicos - SEPLAN

Implantar serviço de apoio aos Consórcios Públicos - SEPLAN

Apoiar a estruturação dos Consórcios Públicos - SEPLAN

Promover a instituição do marco legal da Política Estadual de Consorciamento - SEPLAN

Articular a realização de atividades formativas nas áreas de planejamento e gestão, intensificando a articulação entre o Estado, Federação dos Consórcios Públicos da Bahia (FECBAHIA) e União dos Municípios da Bahia (UPB) - SERIN

Articular, em conjunto com a Secretariado Planejamento (Seplan) e os Consórcios Públicos, o aprimoramento do planejamento da gestão municipal e da elaboração dos Planos Plurianuais Municipais - SERIN

Fortalecer o estreitamento da comunicação do Estado para com os Municípios a partir de alinhamento via União dos Municípios da Bahia (UPB) e Federação dos Consórcios Públicos da Bahia (FECBAHIA) - SERIN

Apoiar as relações interinstitucionais estabelecidas para criação e manutenção de Consórcios Públicos Municipais - SERIN

CONSIDERAÇÕES FINAIS



- Os consórcios públicos demonstraram variadas potencialidades, podendo ser estratégicos, sobretudo, para municípios de pequeno porte, porém, no campo educacional embora se tenha amparo legal para sua utilização, é um instrumento ainda pouco utilizado, tanto no Brasil como na Bahia, entretanto, as iniciativas em andamento, confluem para a construção de um campo promissor de conhecimentos em dimensões práticas e teóricas que podem auxiliar os gestores municipais no cumprimento de suas atribuições federativas no campo educacional.
- Os Consórcios Públicos demonstraram ser um instrumento promissor para a junção de esforços, que seria capaz de promover um diálogo regional onde a educação estaria no centro das discussões, podendo assim, conduzir para mudanças e correções de rumos ao tempo em que abriria novos horizontes na direção da sensibilização dos agentes locais, gestores públicos, prefeitos (as) e secretários de educação sobre, potencialidades e ganhos da cooperação federativa por meio dos CPIM, consolidando a integração territorial, favorecendo um ambiente promissor para o tratamento de objetivos coletivos em torno da educação pública.

“Sozinhos, os municípios não vão dar conta dos seus problemas de políticas públicas”. Prof. Dr. ABRUCIO, 2017.

Considerações Finais

Caracterizar os consórcios públicos como um instrumento viável para a prática do regime de colaboração intermunicipal nas políticas de educação básica na Bahia;

Potencialmente viável: Os CPIM's estão consolidados em todo o Estado, atuando pelo menos 01 (um) por território o que confere uma abrangência para a possibilidade de diálogo de aproximadamente 388 dos 417 municípios; como um mecanismo de incremento para as políticas públicas em variados setores, regulamentados pela Lei nº 14.488 de 16/11/2022 (Programa Consórcio Bahia); PPA 24-27 atuação estratégica do governo estadual em ser ator estimulante e indutor.

Sistematizar a literatura sobre possíveis formas de cooperação federativa na educação por meio dos Consórcios Públicos na Bahia;

Parcialmente satisfatória: Evidenciou-se as práticas em curso e as vastas possibilidades de atuação, a utilização dos Consórcios Públicos no setor educacional ainda é incipiente tanto no Brasil quanto na Bahia.

Evidenciar os Consórcios Públicos como um possível mecanismo de governança educacional para atuar junto aos territórios de identidade da Bahia.

Condicionantes superáveis: **Ausência de LIDERANÇA:** (natureza comportamental: Desavenças político-partidárias; pessoas íntegras, capacitadas, responsáveis e motivadas; Comportamento individualista dos Municípios; **Ausência de CONTROLE:** (compreende a adoção de ações transparentes, prestação de contas e responsabilização pelos atos); Ausência de uma identidade educacional regional;) **Ausência de ESTRATÉGIA;** (escuta ativa das demandas, avaliação do ambiente, definição e alcance da estratégia e monitoramento dos resultados) Falta de indução federativa do governo estadual para as tratativas relacionadas a educação fundamental



“O arranjo institucional participativo ampliado se consolida na medida em que se viabiliza a capacidade dos grupos de interesse de influenciar, direta ou indiretamente a formulação e gestão de políticas públicas. A ampliação da oferta cidadina no processo assume um caráter diferenciador não só quanto à legitimidade, mas principalmente quanto à garantia de governabilidade e de democratização da gestão dos bens públicos”. **JACOBI, Pedro (1990)**

“O poder local, com os seus instrumentos básicos que são a participação comunitária e o planejamento descentralizado, constitui, neste sentido, um mecanismo de ordenamento político e econômico que já deu as suas provas, e é sem dúvida o grande recurso subutilizado no país. “. **DOWBOR, Ladislau (2016)**

Muito Obrigada



TERRITÓRIOS EM PAUTA

Em sua 2ª Edição, Território em Pauta, é um espaço para unir diferentes atores e elementos dos territórios em discussões construtivas, focado nos desafios e oportunidades da política de desenvolvimento territorial na Bahia, com um olhar atento ao Brasil e ao mundo.

EDUCAÇÃO E CONSÓRCIOS PÚBLICOS: CONDICIONANTES E POTENCIALIDADES DA GESTÃO ASSOCIADA NA BAHIA

📅 06/11 (Quarta-feira)

🕒 10h

CLIQUE E RESERVE 

https://bit.ly/territoriosempauta_002

REALIZAÇÃO:



LILIANE GÓES

LILIANE GÓES

Bela. em Administração Pública;
Especialista em Gestão Pública; Mestra em
Gestão da Educação – UNEB/GESTEC

Telefone: (71) 99911-6723

Email: ligoessilva@gmail.com

ID Lattes: 9000706250641415

<https://orcid.org/0000-0003-1845-2673>

- ✓ Integrante do Grupo de Pesquisa em Gestão, Educação e Direitos Humanos (GEDH/UNEB)
- ✓ Integrante do Grupo de pesquisa ECOEDU - Estudos Emergentes da Ecologia da Educação atuando principalmente na linha Difusão do Conhecimento na Ecologia da Educação (ECOEDU/UNEB)
- ✓ Integrante Grupo de Pesquisa TSPPP- Teoria Social e Projeto Político-Pedagógico (TSPPP/UNEB)